



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Marília

Vinícius Pereira de Figueiredo

**A abordagem da mídia impressa sobre o Primeiro  
Comando da Capital (PCC): Incidência da sigla "PCC" nos jornais O Estado  
de São Paulo e O Globo nos anos de 2001 e 2006.**

Marília  
2025

Vinícius Pereira de Figueiredo

**A abordagem da mídia impressa sobre o Primeiro  
Comando da Capital (PCC):**

Incidência da sigla "PCC" nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo nos  
anos de 2001 e 2006.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado  
ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da  
Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade  
Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília,  
para obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais

Financiadora: CNPq– Editais PROPe 4/2022 e  
09/2023

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Francisco de  
Souza

Marília  
2025

F475a

Figueiredo, Vinicius Pereira de

A abordagem da mídia impressa sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC): :  
Incidência da sigla "PCC" nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo nos anos de  
2001 e 2006 / Vinicius Pereira de Figueiredo. -- Marília, 2025

82 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade  
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Luis Antônio Francisco de Souza

1. Primeiro Comando da Capital (PCC). 2. O Globo. 3. O Estado de São Paulo. 4.  
Discurso. 5. Mídia impressa. I. Título.

Vinicius Pereira de Figueiredo

**A abordagem da mídia impressa sobre o Primeiro  
Comando da Capital (PCC):  
Incidência da sigla "PCC" nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo nos  
anos de 2001 e 2006.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Financiadora: CNPq– Editais PROPe 4/2022 e 09/2023

Banca Examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luis Antonio Francisco de Souza  
UNESP – Câmpus de Marília Orientador

Doutorando. Eduardo Armando Medina Dyna  
UFSCar – São Carlos

Doutorando. Renato de Oliveira Pereira  
UNESP – Marília

Marília, 09 de Dezembro de 2024.

Para aqueles que de alguma forma contribuíram para esse texto, em especial, para minha companheira Emiliana e minha avó Luzia.

## AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte da construção desta pesquisa e contribuíram para que ela se tornasse realidade. Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando e incentivando em cada etapa. Um agradecimento especial à minha avó Luzia, figura essencial em minhas decisões; à minha sobrinha Heloisa, cuja alegria iluminou os momentos de angústia do dia a dia; e à minha companheira Emiliana, cuja presença foi indispensável para a conclusão deste trabalho. Seu apoio constante e parceria foram fundamentais para superar os desafios ao longo da nossa trajetória.

Também sou profundamente grato aos colegas e funcionários da faculdade, que tornaram esses anos de graduação mais tranquilos e cheios de boas experiências. Um carinho especial às amigas e amigos Bruna, Letícia, Vitória, Lucas, Adriel, Rubens, entre tantos outros, e aos amigos de Marília, Vinícius, Frederico e Leonardo. Aos amigos do Grupo de Humor, que, mesmo à distância, se fizeram presentes, minha sincera gratidão.

Agradeço especialmente ao meu amigo Eduardo, parceiro de pesquisa e de torcida, que esteve comigo desde antes mesmo da concepção desta investigação, compartilhando sonhos, derrotas, dificuldades e conquistas. Meu reconhecimento e carinho são imensuráveis.

Aos colegas do Grupo de Estudos Saberes, Subjetividades e Poderes, deixo minha gratidão pelas discussões, aprendizados e reflexões, que ofereceram as bases necessárias para construir este trabalho.

Registro também meu agradecimento ao professor Luís, meu orientador, que esteve sempre disponível quando precisei, guiando-me com paciência e dedicação no universo da pesquisa.

Por fim, agradeço ao CNPq pelo apoio à iniciação científica, que tornou esta pesquisa possível por meio dos Editais PROPe 4/2022 e 09/2023.

“[...] Quem ontem era a caça, hoje e pá, é o predador  
Que cansou de ser ingênuo, humilde e pacato  
Empapuçou, virou bandido e não deixa barato.”  
( Racionais MC's, 1972)

## RESUMO

O presente trabalho aprofunda uma pesquisa de iniciação científica realizada ao longo da graduação em Ciências Sociais e tem como objetivo analisar a incidência do termo “PCC” em dois grandes jornais de circulação nacional buscando compreender de que forma a facção é apresentada ao leitor. Para verificar isso, foram levantados dados sobre a incidência do nome do grupo em dois dos principais jornais nacionais, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, nos períodos de um ano a partir das datas das rebeliões de 2001 e 2006. A escolha desses eventos deve-se à sua ampla repercussão nacional e internacional. Além disso, este trabalho localizou historicamente as posições e opiniões dos jornais analisados ao longo da história do Brasil, buscando possíveis aproximações e divergências. O texto utiliza como referencial teórico as obras de Foucault *Sociedade Punitiva* (2015) e *Vigiar e Punir* (2014), no que se refere à discussão sobre discurso, além de se orientar por autores brasileiros das áreas do direito e da sociologia que estudam questões relacionadas à segurança pública.

**Palavras-chave:** Primeiro Comando da Capital; O Globo; O Estado de São Paulo; Discurso; Mídia impressa.

## ABSTRACT

The present work delves into a scientific initiation research project carried out during the undergraduate Social Sciences program. Its objective is to analyze the occurrence of the term "PCC" in two major national newspapers, aiming to understand how the faction is presented to the reader. To verify this, data were collected on the frequency of the group's name in two of the country's main newspapers, *O Estado de São Paulo* and *O Globo*, over one-year periods starting from the dates of the 2001 and 2006 prison riots. These events were chosen due to their broad national and international impact. Additionally, this work historically situated the positions and opinions of the analyzed newspapers throughout Brazilian history, seeking possible alignments and divergences. The text uses as theoretical references Foucault's *The punitive society* (2015) and *Discipline and punish* (2014) regarding the discussion on discourse, as well as guidance from Brazilian authors in the fields of law and sociology who study issues related to public security.

**Keywords:** Primeiro Comando da Capital; O Globo; O Estado de São Paulo; Discourse; Print media.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Comparação da ocorrência do termo “PCC” no O Globo e no Estado de São Paulo de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2002	54
Gráfico 2 - Comparação da ocorrência do termo “PCC” no O Globo e no Estado de São Paulo, de maio de 2006 a maio de 2007	56
Gráfico 3 - Síntese dos dados coletados	58

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Ocorrência do termo “PCC” no jornal O Globo, período 2001-2002	55
Tabela 2 - Ocorrência do termo “PCC” no jornal Estadão período, 2001-2002	56
Tabela 3 – Ocorrência do termo “PCC” no jornal O Globo, período 2006-2007	57
Tabela 4 - Ocorrência do termo “PCC” no jornal Estadão período, 2006-2007	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CV</b>	Comando Vermelho
<b>PCC</b>	Primeiro Comando da Capital
<b>RDD</b>	Regime Disciplinar Diferenciado
<b>FPMR</b>	Frente Patriótica Manuel Rodrigues
<b>IRA</b>	Exército Republicano Irlandês
<b>FDN</b>	Família do Norte
<b>CUT</b>	Central Unica dos Trabalhadores
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>OESP</b>	O Estado de São Paulo
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>PRN</b>	Partido da Reconstrução Nacional
<b>NP</b>	Notícias Populares
<b>RAIS</b>	Registro Anual de Informações Sociais
<b>ALN</b>	Ação Libertadora Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)</b>	<b>20</b>
2.1	Formação e expansão	20
2.2	Consolidação e internacionalização	29
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO E POSICIONAMENTOS DOS JORNAIS AO LONGO DO TEMPO</b>	<b>34</b>
3.1	Jornal O Globo (1925-1990)	34
3.2	Jornal O Estado de São Paulo (1875 – 1990)	42
3.3	Notícias Populares como modelo	48
<b>4</b>	<b>RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS</b>	<b>54</b>
4.1	Ocorrência do PCC nos Jornais em 2001	54
4.2	Ocorrência do PCC nos jornais em 2006	56
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>69</b>
	<b>ANEXO A - Excerto da capa de primeiro de abril de 1964 do O Globo</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXO B - Capa da edição de três de abril de 1964 do Estadão</b>	<b>75</b>
	<b>ANEXO C - Capa da edição de onze de novembro de 1975 do NP</b>	<b>76</b>
	<b>ANEXO D - Cobertura da rebelião de 2006 no O Globo</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXO E - Cobertura da rebelião de 2001 no O Globo</b>	<b>78</b>
	<b>ANEXO F - Cobertura da rebelião de 2001 no Estadão</b>	<b>79</b>
	<b>ANEXO G - Cobertura da rebelião de 2006 no Estadão</b>	<b>80</b>
	<b>ANEXO H - Tentativa de ligação política entre PT e PC</b>	<b>81</b>
	<b>ANEXO I - Tentativa de ligação política entre a esquerda e o PCC</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O crime organizado é, na atualidade, um dos temas mais ricos das Ciências Sociais, no Brasil, ao mesmo passo, ainda carece de bibliografia especializada. Dessa forma, este trabalho pretende ir de encontro com essas duas constatações, servindo não só como um catalisador de bibliografias na área, mas, se possível, também como uma referência para outros que se interessem pelas discussões propostas, orientando-se pela problematização de como a facção foi representada em dois eventos relevantes pra sua história, compreendendo também que a pesquisa se limita a um recorte específico.

Destaca-se, no estado de São Paulo, o grupo de crime organizado Primeiro Comando da Capital (PCC), que, por sua vez, foi criado na casa de detenção de Taubaté, como reação aos massacres do Carandiru e da violência institucional nas cadeias (Dias, 2009), o grupo tornou-se uma das maiores referências como símbolo do medo na mídia. Concomitantemente à expansão do PCC, em São Paulo, a discussão sobre temas relacionados à segurança ganhou mais espaço, o que se pode entender, nesse contexto, é que a expansão da organização acabou por incentivar o sentimento de medo instalado na sociedade. Esse cenário foi contextualizado por Delicato (2007, p. 6) ao explicar que,

[...] em 2002 o governo federal e estaduais gastaram R\$47 bilhões em segurança. Empresas e cidadãos comuns desembolsaram outros R\$55 bilhões em guardas particulares, armas e equipamentos que vão de câmeras a carros blindados. O montante gasto corresponde a 10% do produto interno bruto (PIB) (DELICATO, 2007, p. 6).

Considerando o PCC como uma das principais forças do crime do estado de São Paulo, o trabalho se debruçou no crescimento do grupo, a partir dos principais eventos que o envolve, sendo esses, as megarebeliões de 2001 e 2006, entendendo a segunda como determinante na expressão nacional da imagem do grupo, com a mobilização de 74 unidades prisionais sincronizadas (Dias, 2009). A escolha dos eventos serve para demonstrar a consolidação do grupo como um dos protagonistas do crime organizado nacional. Buscando também entender a repercussão criada pelas rebeliões, propõe-se aqui uma análise das notícias dos eventos na época, a partir dos acervos do jornal *O Globo* e *Estadão*. Entendeu-se que complementar aos ataques, a cobertura da mídia teve papel fundamental como incentivadora do processo de difusão do medo no Brasil.

Como consequência, o medo passa a ser real. Produto das formas de comunicação, torna-se algo cotidiano. Não se surpreende mais com sua existência. Incorpora-se ao *modus vivendi* como uma comunicação presente. A seletividade, então, passa a ser

ferramenta de manutenção da notícia. Seleciona-se o que será noticiado (Costa, 2012, p. 42).

A monografia apresentada é resultado de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) iniciada em 2022, com financiamento do CNPq, cujo vínculo foi renovado no ano seguinte, sendo este trabalho a conclusão de um processo mais amplo, da mesma forma o contato com principal sujeito desta pesquisa, o Primeiro Comando da Capital (PCC) é anterior a ela, tendo sido o objeto do trabalho de conclusão de curso do autor no curso de Relações Internacionais (Figueiredo, 2021) . Durante esse período, a pesquisa foi estruturada em duas etapas. Em um primeiro momento, a pesquisa se organizou com o objetivo de fazer um levantamento a partir de dois acervos de jornais brasileiros com circulação nacional, dentro do período de um ano dos eventos selecionados, assim como o de propor um levantamento bibliográfico acerca da formação e trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC), com ênfase nos períodos selecionados. A pesquisa foi feita tendo como principal referencial teórico autores da área da Segurança Pública e da Sociologia. Na primeira parte, foram usados principalmente os textos Adorno e Salla (2007), Dias (2009) e Manso e Dias (2018) e com a intenção de analisar e se aprofundar na literatura existente sobre o Primeiro Comando da Capital.

Complementar à discussão bibliográfica, o período inicial da pesquisa tratou de levantar dados, inicialmente, ressaltou-se a escolha dos jornais e dos eventos cobertos. A escolha se deu pela relevância, com o Estadão<sup>1</sup> sendo um dos principais jornais do Estado de São Paulo, mesmo estado de origem do PCC e *O Globo*, com sede no Rio de Janeiro, também com circulação em todo o território nacional, o recorte não representa uma visão necessariamente divergente, visto que ambos os jornais ainda estão na mesma região geográfica, o sudeste do Brasil, justifica-se assim a escolha dos jornais além da relevância e das localidades pela proximidade e acessibilidade do pesquisador com os acervos, tendo sido usados em pesquisa anterior. Dessa forma, ao levar em conta dois jornais de ampla circulação, porém, situados em Estados diferentes, a proposta da pesquisa consistiu em verificar se houve diferenças na cobertura dos fatos.

O contato inicial com as bibliografias utilizadas ocorreu em processos de elaboração de trabalhos anteriores sobre temas relacionados, como os estudos de Manso e Dias (2018), Jozino (2017), Feltran (2018) e Dyna (2021; 2023). No entanto, durante a formulação da pesquisa, o

---

<sup>1</sup> Durante o trabalho, o jornal *O Estado de São Paulo* será referenciado em alguns momentos pelo seu nome oficial, em outros momentos pelo seu apelido “Estadão” para evitar confusões com a localidade da cidade e da unidade federativa de São Paulo e em situações de repetição, pela sua sigla “OESP”, com a intenção de facilitar a leitura do texto.

aprofundamento foi significativo, especialmente com os textos de Cubas (2017), Foucault (2014; 2015) e Zanetic (2005; 2009). Assim como na construção da monografia, houve o contato com novas bibliografias essenciais como Arêas (2012), Cestari (2013) e Guilherme (2018).

A busca foi feita, através dos acervos digitais, ambos *onlines* e de acesso público, estando disponíveis nos endereços virtuais <https://www.estadao.com.br/acervo/> e <https://oglobo.globo.com/acervo> para o uso não é necessário nenhum tipo de cadastro, embora a quantidade de anúncios tente induzir o usuário a assinar os jornais. O uso das plataformas é simples, e dentro dela é possível o uso de diferentes filtros como a busca por palavras chave, por década, ano, mês ou dia. O recorte feito foi no período de 1 ano, a partir da data de cada megarebelião, ou seja, de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2002 e de maio de 2006 a maio de 2007, cobrindo separadamente o período nos dois jornais diferentes. A escolha dos eventos das megarebeliões se deu pelo entendimento, tanto na elaboração da pesquisa como pela literatura, de serem marcos dentro da trajetória histórica do Primeiro Comando da Capital (Adorno; Salla, 2007; Manso; Dias, 2018). Houve ainda, dentro dos acervos, a necessidade de filtrar o conteúdo, optando pelo termo “PCC”, sigla do Primeiro Comando da Capital, para efetuar a busca, mesmo que comumente mencionados os apelidos da facção nos jornais, esses não se referem ao grupo sem seu nome reconhecido oficialmente. Nos acervos, levou-se em conta também apenas as edições nacionais e definitivas, as últimas divulgadas no dia, assim como apenas os cadernos principais dos jornais, não levando em conta artigos de opinião, colunas e charges. A análise ocorreu nos cadernos do “O País”, pertencente ao *O Globo* e o “Cidades”, no Estadão. Com a estratégia de busca estabelecida a partir da filtragem, o trabalho verificou a incidência a partir do termo PCC em dois momentos, na capa dos jornais e também nos cadernos internos. Desta forma, a pesquisa se manifesta como do tipo empírica documental, trabalhando com a análise de fontes primárias (jornais).

Ressalta-se essa distinção, pois entende-se que a posição que o objeto de análise ocupa no jornal influencia no seu destaque. Ademais, o grande volume de notícias fez com que fosse necessário um recorte temporal e estratégico, priorizando-as capas, embora, também, foram analisadas notícias que ocuparam pelo menos três dias consecutivos dos jornais, mesmo na sua parte interna, partindo da premissa que a sua repetição poderia apresentar relevância.

O segundo momento, desta pesquisa, partiu dos dados coletados, deste modo, dedicou-se ao tratamento e tabulação destes dados, que resultaram em gráficos apresentados neste trabalho. Além da organização dos dados, focou-se em detalhar e comparar as notícias levantadas, o que significa, desta forma, que houve momentos em que ambos os jornais

noticiaram um evento e comparando-os.

Para realizar essa comparação, estabeleceu, como campo de extração para a tabulação de dados, o número de capas sobre o evento, o número de páginas e dias que o evento recebeu e, dentro do conteúdo, foram feitos destaques e inferências entendidas como pertinentes para a pesquisa.

Para a análise, utilizou-se, como principais referências, as seguintes obras de Michel Foucault: *Vigiar e Punir* (2014); *As Palavras e as Coisas* (2000); *Arqueologia do Saber* (2008); *A Ordem do Discurso* (1996) e *A Sociedade Punitiva* (2015). Nesse mesmo sentido, utilizou-se autores da área da Segurança Pública, da Sociologia, dados estatísticos e notícias que dialogassem com a proposta da pesquisa, como nos estudos de Caldeira (2000); (2009) e Aderaldo (2008).

Para realizar essa análise, foi preciso me aprofundar na discussão teórica sobre o discurso e no detalhamento dos dados levantados. Para a conclusão deste objetivo, foi feito o uso de autores e teorias que buscam o estudo do discurso, assim como a seleção e o tratamento de notícias compreendidas como mais relevantes para a proposta

Compreendendo o discurso como um dos elementos, que vão influenciar a apreensão da realidade dos indivíduos, de modo que articula e influencia na construção dos fenômenos e impacta na realidade concreta. Destaca-se, dessa forma, que, para que o discurso ocorra, é necessário que exista anteriormente a realidade material, e, a partir dessa realidade material, tenta-se legitimar o discurso, criar uma narrativa que não necessariamente corresponde à realidade. Entender o discurso, revela a intenção de quem o propaga e as estruturas que o sustentam.

No entanto, em relação ao sistema prisional, isso tem parte de uma construção histórica, pois, através das prisões, os Estados modernos se adequaram juridicamente às punições medievais, físicas, de tortura e morte. Deste modo, entender como se deu esse processo dentro do Brasil é essencial para compreender a construção do discurso sobre o ser criminoso. Baseia-se neste trabalho, na compreensão foucaultiana, que, dentro de sua obra “*Vigiar e Punir*”, analisa-se o sistema prisional panóptico, modelo elaborado por Jeremy Bentham e que inspirou o modelo brasileiro, adotando o sistema progressivo, que unificava o sistema inglês e o irlandês (Binotto; Prado, 2020, p. 6-7). Com isso, os autores supracitados explicam que

O sistema inglês consistia que haveria uma “progressão”, contudo, esta se dava dentro do mesmo ambiente carcerário. Já o sistema irlandês previa que, o indivíduo ao tempo que progredia por seu bom comportamento dentro do sistema prisional, ele também progredia com relação ao ambiente carcerário. A progressão que o sistema irlandês previa era de que o indivíduo iria conquistar três etapas, sendo que na primeira etapa,

o detento ficaria preso totalmente no estabelecimento prisional, a segunda etapa consistia na prisão agrícola, onde o detento poderia trabalhar nos arredores do estabelecimento prisional. A terceira e última etapa, previa a possibilidade do indivíduo ficar “solto”, fora do estabelecimento prisional, contudo, havia fiscalização (Binotto; Prado, 2020, p. 6-7).

O progresso previsto no sistema irlandês se manifestou no contexto brasileiro com a criação de regimes fechado, semiaberto e aberto, previsto no código penal. Paralelo à história do sistema prisional, do mundo e do Brasil, um aspecto esteve sempre presente, o ritual de assistir a punição, que, por sua vez, também se modificou com a história. Atualmente, todo o debate da segurança pública é parcialmente ou totalmente divulgado através de veículos de mídia, seja pelo rádio, jornal, televisão ou a internet, que assumem esse papel, de transmitir e informar sobre a violência. Deste modo, o acesso da maior parte do público parte dessas fontes.

Ao mesmo tempo, com base nessa contextualização, pretende-se analisar de que forma foi construído parte desse discurso, analisando um dos veículos mais famosos do Brasil, como o jornal *Notícias Populares*, que atuou de 1963 até 2001 . Acerca do jornal *Notícias Populares*, Silvestre (2004, p. 56)<sup>2</sup> destaca que:

A criminalidade também era bastante explorada pelo NP. A imagem fotográfica dos bandidos lhes fazia parecer piores do que eram na vida real. Eram criados nomes como ‘Homem Diabo’, ‘Capeta’, ‘Matador de Guarulhos’ e outros para identificar figuras que, segundo os próprios fotógrafos, nem eram tão perigosas assim. A busca pelo sensacional e pelo aumento da tiragem do jornal e de sua comercialização fazia com que essas atitudes editoriais fossem tomadas [...] (Silvestre, 2004, p. 56).

A escolha do grupo e do termo “PCC” deu-se por entender que o grupo possui uma capacidade catalisadora e mobilizadora em relação a violência, capaz de causar medo e gerar discussões acerca da segurança pública de forma geral.

A respeito do conceito de discurso, este trabalho apoiou-se também nas discussões feitas nas obras do filósofo Michel Foucault (1926 - 1984), pois é possível entender, a partir do autor (Foucault, 1996, 2008), que o discurso existe anteriormente à realidade material ou ao sujeito, e, a partir da realidade material, tenta-se legitimar o discurso, ao adequá-lo a uma narrativa que não necessariamente se manifesta no real.

O sujeito é falado e não quem fala o discurso, de modo que a sua fala corresponde a uma estrutura que direciona esse discurso, trata-se de “não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55.).

---

<sup>2</sup> A análise dos programas supracitados teve como intenção complementar o levantamento já realizado acerca da incidência do PCC dentro dos jornais brasileiros selecionados.

Entender o discurso, nesse sentido, revela a intenção que o propagou e as estruturas que o sustentam, “é fazer aparecer o que é preciso descrever” (Foucault, 2008, p. 55,). O autor ainda aborda a questão a partir de uma discussão sobre a formação e consolidação de um discurso punitivo, em sua obra mais famosa, “Vigiar e Punir” (Foucault, 2014, 2015), que aborda a transição do modelo de punição do antigo regime, marcado pelo castigo físico para a sociedade capitalista, marcada pela estatização da punição e o desenvolvimento de mecanismos de disciplina e vigilância (Foucault, 2014).

No livro, é apresentado o conceito de “panoptismo”, baseado no modelo de prisão desenvolvido pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Foucault (2014) transcende a estrutura física e entende o panoptismo como uma tecnologia que manifesta o poder da vigilância através de sua dispersão na sociedade, se trata de uma pulverização do sistema de vigilância para o corpo dos indivíduos que se validam através do discurso punitivo, de reforma e de correção (Foucault, 2014). É este o ponto crucial para o estudo levantado e apresentado neste texto, a validação de um corpo social punitivo, através do discurso, proferido por meio de mídia, no caso, os jornais, que subjuga o sujeito criminoso como merecedor da revolta social, onde o criminoso fere toda a sociedade ao cometer seus atos.

Supõe-se que o cidadão tenha aceito de uma vez por todas, com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo. O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade — inclusive o criminoso — está presente na menor punição (Foucault, 2014; p.88,).

Dessa forma, entende-se que o discurso é apenas um dos aspectos da realidade que contribuem com a construção da compreensão de um fenômeno, como o da criminalidade no Brasil (Foucault, 2014).

Levando em conta os aspectos apresentados na introdução, o trabalho organiza-se em quatro capítulos centrais, estruturados para apresentar o problema e alcançar os objetivos propostos. O primeiro capítulo é dedicado a contextualização do PCC, abordando, de forma resumida, períodos cruciais da história da facção, organizados em dois subcapítulos: o primeiro trata de sua formação e expansão, enquanto o segundo aborda sua consolidação e internacionalização. O segundo capítulo busca contextualizar e situar os posicionamentos dos jornais analisados neste trabalho ao longo de momentos políticos importantes da história do Brasil. Para isso, organiza-se em subcapítulos dedicados a cada jornal: *O Globo* e *O Estado de São Paulo* (OESP), finalizando com uma discussão sobre o jornal *Notícias Populares* como

referência comparativa para os demais. Em seguida, o terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa quantitativa realizada neste trabalho sobre a incidência do PCC na mídia, organizados em dois subcapítulos, correspondentes aos períodos analisados. Por fim, o quarto capítulo traz a conclusão, com as considerações finais, reflexões e ressalvas pertinentes ao estudo.

## **2 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

Buscando uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa, o Primeiro Comando da Capital, foi feita uma breve retomada histórica da facção com o fim de obter compreensão acerca de seu contexto de trajetória até o período analisado, assim, como questões que permeiam a sua existência na atualidade. Devido à sua longa história, completando 31 anos no ano deste trabalho, organiza-se essa contextualização a partir de dois momentos fundamentais, em resumo: a fundação do PCC, compreendendo o contexto do sistema prisional e os eventos da sua “formalização”, a sua consolidação e expansão, discutindo a mudança de liderança e nacionalização; e, por fim, a sua expansão até os dias de hoje, contemplando as disputas de poder entre os membros e a sua internacionalização.

### **2. 1 Formação e expansão**

Inicialmente, é importante trazer um pouco do contexto, no qual os membros que seriam os fundadores do PCC se encontravam. Até então, as cadeias paulistas eram permeadas por uma falta de organização da criminalidade, o que difere do que já ocorria no Rio de Janeiro, com a Falange Vermelha e, posteriormente, o Comando Vermelho (CV). Uma vez que,

No Rio de Janeiro, os criminosos começaram a se organizar em função do potencial de lucros oferecido pelo mercado ilegal de drogas. Em 1979, a Falange Vermelha (que daria origem ao Comando Vermelho) já havia inovado ao se organizar dentro do Presídio de Ilha Grande em defesa do direito dos presos, sob o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, anos depois copiado pelo PCC (Dias; Manso, 2018, p. 82).

Dentro das cadeias paulistas, diferentemente, caracterizava-se por algumas figuras de autoridades, ou “bandiões”, segundo Dyna (2023, p. 76), por uma hierarquia e imposição justificada pela força ou prestígio, “isto é, presos que detinham um poder específico e causavam violência e constrangimento moral com o restante da população carcerária”. Neste contexto, a violência dentro dos presídios, durante os anos pré-PCC, principalmente, nos anos 90 foi determinante para a fundação do grupo, pois a violência criada pelas condições de maus tratos e desrespeito aos direitos humanos da população encarcerada, que terá como marco, o massacre do Carandiru (Dyna, 2023).

Esse massacre, ocorreu em 2 de outubro de 1992, na Casa de Detenção de São Paulo, localizada no complexo prisional do Carandiru. O evento começou com uma rebelião entre presos no Pavilhão 9 e foi rapidamente seguido por uma intervenção policial massiva. As forças policiais, ao entrarem para conter o motim, abriram fogo contra os detentos desarmados e

indefesos, resultando na morte de 111 presos. As investigações indicaram que muitos dos detentos foram mortos de forma arbitrária, alguns deles rendidos e sem resistência, sendo “todas as vítimas desse episódio, sejam letais ou não letais, eram detentos e nenhum policial foi morto ou ferido gravemente” (Dyna, 2023, p. 77).

Os eventos deixam explícito o abuso de autoridade e violência policial, com o massacre tendo uma ampla repercussão nacional, internacional, e, principalmente, dentro da população carcerária nas cadeias paulistas, que, diante da brutalidade, começaram a se organizar. Segundo Feltran (2010), a fundação do PCC está diretamente ligada ao massacre e a diversas crises no sistema prisional, marcadas pela repressão do Estado, que, embora hoje possa diferir, inicialmente o grupo foi criado com a intenção de proteção dos presos. Há um evidente histórico de agressões e desrespeito aos direitos fundamentais da população carcerária que, agravado pela superlotação e pelas políticas de encarceramento e violência do século XX e pós ditadura militar de 1964, culminou em rebeliões e massacres.

Desde meados do século passado, as diretrizes das políticas penitenciárias mantêm-se praticamente inalteradas, sendo implementadas como respostas às emergências, como o aumento da criminalidade, rebeliões, fugas, precárias condições de encarceramento e a instabilidade institucional causada por mudanças inesperadas na administração dos presídios e nunca pautada por políticas públicas de ressocialização ou prevenção ao crime e encarceramento. Esse cenário, marcado por contínuas tensões, tem sido uma fonte constante de revoltas e motins (Figueiredo, 2021).

Para compreensão da fundação da facção paulista, além do contexto do sistema prisional, é preciso conhecer a Casa de Custódia de Taubaté e os eventos em agosto de 1993. No dia 31 daquele mês, após uma briga entre presos do Piranhão, em uma partida de futebol, entre as equipes de presos do interior “comando caipira” e os de São Paulo “comando da capital”, entraram em uma disputa violenta da qual o comando capital saiu vitorioso. Foi o estopim para a formação do grupo, que decidiu por um acordo de paz entre os presos, para se organizar contra a opressão do estado. No primeiro momento de sua formação, destacam-se algumas figuras que serão recorrentes durante a história da facção como Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, primeira liderança da facção, ladrão de banco e muito querido entre os presos, credita-se a ele a posição ideológica do PCC de união como um “sindicato dos presos”, assim como a organização da rebelião em 2001.

Acredita-se que Sombra, ciente de estar marcado para morrer, viveu seus últimos dias consciente de uma traição iminente. Sombra, uma figura influente dentro do PCC, sabia dos riscos, mas manteve-se no grupo até ser assassinado. Rumores circulavam entre os membros de

que a ordem para sua execução teria partido de José Márcio Felício, o Geleirão, outro importante líder da facção, que teria transmitido a instrução. por meio de seu advogado, fazendo com que a mensagem chegasse rapidamente às prisões e aos aliados necessários para executar o plano. A morte de Sombra gerou um ambiente de desconfiança e tensão no PCC, com membros trocando informações desencontradas e boatos se espalhando, questionando lealdades e interesses ocultos.

Nesse cenário instável, outro líder fundador, Mizael, foi assassinado, acusado de traição. Sua morte reforçou o clima de medo e incerteza, evidenciando uma disputa interna de poder. Com esses eventos, Geleirão emergiu como uma figura de liderança mais visível, assumindo um papel fundamental na reorganização da facção. Contudo, apesar da tentativa de Geleirão de consolidar seu domínio, o PCC já estava profundamente abalado. A facção, fragmentada e dividida, enfrentaria novas disputas e uma remodelação estrutural significativa no ano seguinte, em 2002, marcando o início de outra fase na sua história de liderança e organização interna. Esses episódios sinalizaram uma era de transição e mudanças estratégicas para o grupo, que buscava se adaptar às complexas dinâmicas de poder dentro e fora das prisões (Figueiredo, 2021; Jozino, 2017).

Além de Sombra, destaca-se, nesse primeiro momento, o já mencionado, José Márcio Felício, o Geleirão, liderança influente que irá disputar espaço na facção com Marcos William Herbas Camanho, o Marcola ou *Playboy*, assunto que será melhor abordado mais à frente. E, por fim, também já mencionado, Mizael, peça fundamental para a composição estética do grupo, foi “quem redigiu e escreveu a caneta o estatuto com 16 artigos do partido crime. Ele também idealizou o emblema da facção, influenciado pelos livros de filosofia oriental e meditação [...]” (Jozino, 2017, p. 24). Segundo Geleirão, após os confrontos e o período de violência do jogo de futebol, foram chamados os membros do comando e declarada de forma oficial a fundação do Primeiro Comando da Capital, que focou em reafirmar o sentimento de união entre aqueles que aderissem à filosofia proposta pelo grupo (Figueiredo, 2021).

Em sua formação, o PCC “sob forte discurso revolucionário e uma ação política baseada na violência e sobrevivência oriundo da realidade criminal” (Dyna, 2023, p. 79) organizou dentro de uma perspectiva de união dos presos e geriu a violência na prisão. O PCC teve a sua fundação com oito presos, em 1993, atualmente 31 anos depois, conta com dezenas de milhares de colaboradores diretos e indiretos, conhecidos como irmãos, primos etc. E, se inicialmente se restringia a um grupo específico, hoje é conhecido internacionalmente. O grupo consegue se consolidar e se justificar, dentro de uma retórica de lealdade, fortemente influenciado pelos irmãos cariocas, do Comando Vermelho, como no discurso revolucionário, a compreensão dos

presos como irmãos, ou mesmo da apropriação do lema do CV “paz, justiça e liberdade”, que, posteriormente, será remodelado com “paz, justiça, liberdade, igualdade e união”, com o PCC aliança, que, por muito tempo, será amistosa (Adorno; Salla, 2007; Figueiredo, 2021).

Em suma, compreende-se que o Massacre do Carandiru foi um dos fatores determinantes para a organização dos detentos, resultando na fundação do Primeiro Comando da Capital. Assim como a brutalidade policial e as condições precárias nas prisões, impulsionaram-se a criação de um sistema de proteção e união entre os encarcerados, fortalecendo o sentimento de resistência contra a opressão. Adorno e Salla (2007) destacam que, além desse contexto de violência, a consolidação do PCC se deve também ao uso da violência e da autoproteção como mecanismos de controle das lideranças sobre a massa carcerária. Essa dominação se sustenta pela resignação dos presos em aceitar tal forma de opressão, estabelecendo o PCC como uma organização influente e duradoura, permeada também pelos símbolos e discursos do grupo.

Durante os anos seguintes a fundação, a facção se focou em ganhar membros e, embora não tivesse sido reconhecido ou admitido pelo poder público, o Estado transferiu membros e lideranças para presídios diferentes, no intuito de enfraquecer o núcleo de Taubaté. Essa estratégia, acabou por proliferar a facção, de modo que, em 2001, foram vistos os resultados da consolidação e força do PCC. A repressão estatal, que visava desarticular o PCC ao transferir seus líderes para penitenciárias distantes, acabou por fortalecer a organização. Com essas transferências, foi possível que “o PCC reproduzisse e fortalecesse o discurso de cunho revolucionário contra o sistema carcerário, o Estado e a adesão ao grupo” (Dyna, 2023, p. 79). Essa estratégia de dispersão, ao invés de enfraquecer a organização, criou um mecanismo de poder, que, cresceu em reação às ações do próprio governo. Neste período, a organização do grupo se alternava de um modelo baseado nas lideranças individuais para uma institucionalização. Favorecidos pela política de transferências, o grupo opta por seguir um conjunto de regras (estatuto) e código de ética entre as prisões, manifestado a partir de alguns sujeitos. Em suma, se antes uma única pessoa decidiria o que poderia ser feito, a organização, a partir do estatuto e outros mecanismos manifestados em irmãos e lideranças menores irão cumprir esse papel. No seu começo, “o grupo ainda enfrentava incertezas, pois não havia inimigos claramente identificados, o que transformava o ambiente prisional em um cenário de lutas pelo poder e violência explícita prisional” (Dias, 2008, p. 12-13; Dyna, 2023, p. 81). Assim, nesse primeiro momento, a expansão do grupo foi marcada pela violência e afirmação da legitimação da facção paulista.

A megarrebelião de 2001 marcou uma virada no reconhecimento do PCC, evidenciando

a força da facção e a violência do sistema prisional brasileiro. O evento, que ocorreu em várias penitenciárias simultaneamente, obrigou o governo a admitir a existência do grupo, antes ignorado oficialmente. A repercussão foi significativa, ganhando visibilidade não só no Brasil, mas também internacionalmente, com cobertura de veículos como *Le Monde* (França), *El País* (Espanha), BBC (Inglaterra), *Correio da Manhã* (Portugal), *La Stampa* (Itália), *The New York Times* e *The Washington Post* (Manso; Dias, 2018).

Os eventos de 2001 foram um divisor de águas para o crime organizado no Brasil, ao exporem o poder de articulação e influência do PCC dentro do sistema penitenciário. Naquele ano, o grupo coordenou uma série de rebeliões simultâneas em 29 unidades prisionais, distribuídas por 19 cidades de São Paulo, numa ação que foi além das reivindicações comuns por melhores condições de detenção e direitos básicos. As demandas incluíam questões específicas do PCC, como a interrupção das transferências de seus líderes para prisões distantes e a destituição de José Ismael Pedrosa, diretor conhecido pela sua rigidez no trato com os presos (Jozino, 2017).

A amplitude e a ousadia desse levante colocaram o PCC em evidência, forçando a mídia e as autoridades a reconhecerem a existência de uma organização estruturada dentro das prisões, algo que até então era apenas um rumor sem confirmação formal por parte do governo (Salla, 2007). As rebeliões ocorreram em penitenciárias de alta e média segurança, abrangendo unidades icônicas como o Carandiru (Detenção e Penitenciária do Estado), além de instalações em Presidente Venceslau, Campinas, Avaré I e II, Sorocaba, Hortolândia I e III, Mirandópolis, Iperó, Itaí, Iaras, Itapetininga, Assis, Presidente Bernardes, Pirajuí, CDP do Belém, São Vicente, Tremembé I, Guarulhos II, Araraquara Itirapina e Ribeirão Preto (Figueiredo, 2021; Jozino, 2017). Esse episódio expôs não apenas a capacidade de mobilização do PCC, mas também seu poder organizacional e sua resistência a ações repressivas, solidificando uma lógica de autoproteção que se intensificaria nos anos seguintes. Entre 2002 e 2003, a facção passaria por um processo de reestruturação e fortalecimento de suas diretrizes, iniciando uma nova fase de atuação e reafirmando-se como uma força significativa e organizada dentro do sistema prisional brasileiro (Dias, 2009; Dyna, 2023).

Em 2001, o PCC voltou a ganhar destaque na mídia ao planejar e tentar executar o sequestro de familiares de autoridades diretamente ligadas ao sistema penitenciário. Dessa vez, o grupo mirou a filha de Ismael Pedrosa, então, diretor da Casa de Detenção de Taubaté – conhecida como “Piranhão”, e a filha de um ex-diretor do Carandiru, evento que, assim como a rebelião, é mencionado nos jornais analisados. Essa ação revelava uma nova tática do PCC, que passou a pressionar diretamente as autoridades, por meio de ameaças e violência contra

seus familiares, para além das instituições prisionais.

A figura de Ismael Pedrosa tinha uma simbologia particular entre os detentos, devido à sua fama de ser extremamente violento e, segundo relatos, cruel no trato com os presos, e o diretor em comando no momento do massacre do Carandiru, o que contribuiu para que se tornasse um alvo. O plano de sequestro, no entanto, foi frustrado antes de se concretizar, pois a polícia descobriu a operação a tempo e conseguiu impedir que os familiares fossem sequestrados, evitando um desfecho que poderia ter sido trágico. A ação chamou a atenção para a capacidade de organização do PCC e sua disposição para adotar medidas extremas contra aqueles que considerava inimigos, deixando claro que o grupo não se limitava aos muros das prisões. Mesmo após a tentativa frustrada, a figura de Ismael Pedrosa não foi esquecida pelos membros da facção. Em 2005, ele foi assassinado em uma retaliação pelos anos de repressão severa no Piranhão, marcando mais um episódio na escalada de violência entre o PCC e autoridades do sistema carcerário (Figueiredo, 2021).

Em 2002, a facção vivenciou um momento de transição crucial para o seu crescimento, na ocasião, os modelos de Cesinha, César Augusto Roriz Silva, outro membro considerado como fundador dos membros fundadores do PCC, surgido em São Paulo na década de 1990. Reconhecido por seu papel de liderança e influência nas atividades do grupo, Cesinha esteve envolvido na formulação das primeiras diretrizes do PCC, ajudando a consolidar a facção como uma das mais organizadas e temidas do sistema carcerário brasileiro; e Geleião, dois dos fundadores, defendia uma abordagem violenta para as ações do grupo enquanto Marcola, um dos primeiros iniciados e contemporâneo da fundação, defendia uma abordagem “as escondidas” da organização, evitando a violência.

A tensão escalou com o falecimento de Sombra, um dos fundadores centrais da facção, mas se agravou com o assassinato de Ana Marria Olivatto Herbas Camacho, esposa de Marcola, sendo executada em outubro de 2002, dando início a um conflito interno entre os membros. Em resposta ao assassinato de Ana, Marcola trouxe a público uma condenação de Geleião por estupro, crime repudiado dentro da própria criminalidade e proibido dentro do estatuto e as normas da facção, com isso Geleião foi expulso, junto com Cesinha, que foi assassinado posteriormente, enquanto Geleião morreu de Covid-19 em 2021, ainda na prisão. Sobre o assassinato de Ana Olivatto,

As investigações levavam a acreditar que Geleião possuía envolvimento crucial na morte e seria também a versão que Marcola assumiria para sua retaliação. Com o grupo rachado membros ligados a Playboy (Marcola) em retaliação assassinaram uma amiga de Natália, esposa de Cesinha (Lenita), sua irmã de criação (Carolina), seu irmão (Ceará), as escolhas dos alvos foram de acordo com a descoberta de que Ceará,

cunhado de Cesinha seria quem havia efetuado os disparos [contra Ana Olivatto]. Condenado dentro do grupo, [Geleirão] trai o PCC para proteger a esposa, delatando para a polícia os mais diversos projetos do grupo e assim racha de vez o comando, Marcola ainda traz a público uma condenação por estupro de Geleirão, até então desconhecida pelo público (Figueiredo, 2021, p. 24).

Entende-se que os eventos de 2001, da rebelião, para o final de 2002, foram determinantes para a consolidação de uma nova estrutura da facção. Se em um primeiro momento a retórica de proteção e união formou o grupo, a partir de 2002 e a gestão de Marcola, a facção assume outros rumos. Atualmente, nenhum dos membros fundadores está vivo, e a liderança se centralizou em Marcola, um dos primeiros iniciados e que teve contato direto com eles. Marcola representará uma mudança não só organizacional e ideológica, mas também financeira, pois inicialmente “o grupo se sustentava através de um financiamento próprio - recolhendo uma espécie de mensalidade dos irmãos, assaltos a banco, jogos do bicho e roubos de carga” (Figueiredo, 2021, p. 25).

Na nova gestão, ele se colocaria mais ativamente no tráfico de drogas (Figueiredo, 2021; Jozino, 2017). Esse processo possibilitou uma nova forma de atuação que se estendia para além da proteção dos membros, mas também consolidou um sistema de valores e um código de ética que se tornou marca da disciplina e do comportamento dos faccionados (Dyna, 2023). A nova organização diferenciou o grupo das outras facções e comandos, pois começou a se legitimar enquanto autoridade paralela nas prisões e, posteriormente, nas periferias, competindo com a administração do Estado. Esse papel de gestão trouxe unidade e lealdade à facção, com o PCC sendo percebido não apenas como um grupo de criminosos, mas como um sistema de resistência contra as opressões do próprio sistema prisional, que reforçou a sua retórica de fundação inicial (Dias, 2008; Dyna, 2023, p. 83).

Destaca-se que a forma de organização, proposta por Marcola, possui uma particularidade que deve ser mencionada, existe a hipótese de que parte da organização da primeira facção, a Falange Vermelha, no Rio de Janeiro, tenha bebido das táticas revolucionárias de presos políticos durante a ditadura militar. No PCC, isso se centraliza na figura de Marcola, que, em 2002, teve contato com táticas e a teoria revolucionária com seu colega de prisão Maurício Hernandez Norambuena, que, mesmo em regime de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), um modo de encrudescer a pena, com 22 horas de confinamento e duas horas de sol, muitas restrições, criado após os eventos de 2001 para atacar lideranças do PCC, conseguiram estabelecer um vínculo Norambuena, um chileno ex-guerrilheiro pelo Partido Comunista Chileno e da Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR),

braço armado do partido<sup>3</sup>.

A relação com o guerrilheiro chileno teve resultados, em entrevista, Marcola conta que é grande fã de Lênin, ao ponto que a sua estrutura proposta se assemelha à compreensão leninista de centralismo democrático. Segundo a reportagem no portal Metrópolis, por Alfredo Henrique e Felipe Resk, “Em depoimentos, o líder máximo do PCC afirma que ‘já estudou bastante Lênin’, o líder da Revolução Russa de 1917” e ainda admite ser fã de Friedrich Nietzsche (1844-1900), tendo como obra preferida “Assim Falou Zaratustra”. A respeito da nova organização proposta por Marcola, se antes se caracterizava por um modelo centralizado e piramidal, com o poder concentrado nas figuras mais altas na hierarquia, marcado pela violência e disputa por posição, agora se destacava por uma “descentralização de poder, ‘democratizando’ as formas de atuação, direito a voz e voto na estrutura” (Dyna, 2021). Complexificando e ramificando a estrutura da organização de modo que com a estrutura descentralizada, com a prisão ou morte de membros, a estrutura não seria afetada (Dyna, 2021, Manso; Dias, 2018;).

Na nova organização, os poderes de posições menores foram ampliados e distribuídos em setores, denominados como “sintonias”, composta por diversos irmãos, que respondem ao líder dessa sintonia. Dessa forma, as sintonias se dividem de acordo com o tema da função, de forma de que os assuntos poderiam ser resolvidos entre os próprios presos, apenas no limite ou em situações específicas, seria levado a “sintonia final”, uma espécie de comitê central com secretários gerais da irmandade, que cuidava de toda organização” (Dyna, 2021, p. 56). A atribuição para a sintonia era decidida a partir do prestígio e “proceder” do membro com a facção. Neste momento, há também a inserção das palavras “igualdade e união” no lema do PCC, uma representação simbólica da nova organização (Dyna, 2021). Segundo Dias (2011), Feltran (2018), Manso e Dias (2018) e Dyna (2021), esse processo de reorganização da facção se iniciou de fato em 2003, com a ascensão de Marcola e se estabiliza em 2006, com as rebeliões. Como mencionado, a nova organização, assim como a dimensão simbólica manifestada na atualização do lema, demonstra uma diferença considerável entre o PCC e os outros modelos de crime organizado até então. Baseada no combate a opressão de um grupo negligenciado pelo estado para a consolidação de um negócio ilegal rentável.

Outro momento significativo na história do PCC, de importância crucial para

---

<sup>3</sup> Participou da oposição à ditadura militar chilena, organizando ataques contra Pinochet e possuía relações com o Exército Republicano Irlandês (IRA), foi preso após a tentativa de sequestro do jornalista Washington Olivetto, no Brasil, no qual pretendia-se usar o dinheiro do resgate para financiar grupos armados no Chile.

compreender sua expansão e consolidação foi a rebelião de 2006. Se em 2001, a facção impressionou a mídia e as autoridades ao coordenar rebeliões em várias unidades prisionais, em 2006, o PCC demonstrou um grau de organização e capacidade de mobilização ainda mais impressionante, refletindo o fortalecimento da facção ao longo dos anos. Durante esse período, foram mobilizadas simultaneamente setenta e quatro unidades (74) prisionais em São Paulo e, diferente de 2001, em novos estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná. No total, foram 10 unidades prisionais fora do estado, além de ataques coordenados às forças de segurança, como delegacias, viaturas policiais e órgãos públicos, uma consequência da política de transferência de lideranças. Nesse sentido, a rebelião, registrou-se cerca de 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 ataques às agências bancárias e 42 policiais e agentes de segurança mortos (Biondi, 2013; Dyna, 2023). As motivações para os ataques de 2006 são complexas e múltiplas. Entre elas, destacam-se o acúmulo de divergências internas, a violação de acordos informais entre a facção e agentes de segurança, e, principalmente, a ameaça iminente de transferência de líderes da organização para presídios de segurança máxima, como o RDD, o que afetaria diretamente o poder de comando dos líderes sobre o grupo.

A remoção dos detentos para o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi o estopim para o ataque do partido, semelhante ao problema ocorrido em 2001, mas agora diferenciado pois o êxito do poder de organização, articulação e execução do planejamento do PCC, surpreendeu até às autoridades dos órgãos de segurança pública, pois o governo do Estado de São Paulo não sabia do tamanho empenho e coesão do grupo (Dyna, 2023, p. 85).

O RDD surge enquanto uma política de repressão nas prisões em resposta à primeira rebelião, e se difere da política de transferências, pela restrição de comunicação imposta ao preso, tendo como foco o isolamento de presos tidos como de alta periculosidade (Dias, 2008). O RDD recebeu muitas críticas pela sua falta de precisão e restrições de um período de encarceramento em massa, com a criação de unidades especiais e ainda os RDD<sup>4</sup>, o que dá margem para punições mais severas aos presos. O RDD foi a alternativa, mais radical para que o Estado tentasse colocar um fim ao crescimento da facção e a sua oposição a ele. Em suma, de acordo com Dyna (2023, p. 86).

O RDD se distingue de outras prisões, pois a sua natureza é destinada para presos com alto grau de peculiaridade, destinado aos líderes do ‘crime organizado’, em especial, criado para dificultar o desenvolvimento do próprio partido e diminuir a organização interna dos presos. O intuito do RDD é que, seus mecanismos penais proporcionam

---

<sup>4</sup> Vale a menção de que em 2019 o RDD sofreu uma atualização com o “pacote anti-crime”, se estendendo a preso estrangeiro, e as visitas passaram de semanais a quinzenais, contando com crianças, em instalações que impeçam o contato físico e a passagem de objetos.

um isolamento aos possíveis líderes dos comandos criminais - independente se de fato eles comandam ou não -, atingindo, em tese, toda cadeia de organização da irmandade, impactando a comunicação dos presos do RDD com os demais, de maneira que vise pelas autoridades, a desarticulação política do PCC e de outros grupos criminais (Dyna, 2023, p. 86).

As ações do grupo não passariam impunes e houve represálias, assim como em 2001. Os ataques contra as forças policiais e as instituições do estado desencadearam vinganças contra os membros do PCC, com uma forte onda de assassinatos, invasões a casas e até toques de recolher em São Paulo, evidentemente, focado nas periferias com a justificativa de repressão ao crime. Segundo Dyna (2023), no mês de maio, entre os dias 12 e 20, o confronto entre o PCC e as forças policiais resultou em 490 pessoas mortas, sendo deste número, 220 de autoria de agentes policiais, algumas dezenas pelo PCC “e o restante sem um apontamento claro se foi propiciado pela ação inicial” (Dyna, 2023, p. 88).

Os ataques promovidos pelo PCC, em 2006, podem ser compreendidos como parte de uma estratégia intencional de enfrentamento e reposicionamento em relação ao poder estatal. Utilizando-se de métodos violentos, além de práticas de ilegalidade e atividades criminosas, a facção demonstrou uma capacidade de organização altamente disciplinada, enviando um claro recado às autoridades governamentais e ao sistema de segurança pública. Esse ato de agressão massiva foi um reflexo da luta do grupo pela afirmação de seu controle, especialmente, em um contexto político delicado: aquele era um ano de eleições gerais e a ofensiva do PCC gerou impactos significativos na campanha política e nas estratégias de segurança pública, fato que se refletiu no volume de notícias da facção neste período.

## **2.2 Consolidação e Internacionalização**

Esse cenário levou a um aumento no peso da segurança nas plataformas eleitorais, nos discursos midiáticos e no planejamento das forças policiais, revelando as implicações do grupo no debate público e eleitoral da época. Assim, 2006 simboliza uma nova etapa na história do PCC, consolidando o domínio da facção sobre o sistema prisional e expondo sua capacidade de mobilização para além dos muros das prisões, atingindo também as ruas e o cotidiano da sociedade. A expansão dessas rebeliões, ao longo dos anos, evidencia o poder de organização e a capacidade de resistência da facção, demonstrando também o alto nível de coesão e disciplina interna, que passou a ser exigido entre seus membros. Esse controle rigoroso e a centralização de suas ações fortaleceram o PCC, que se tornou uma das facções mais influentes e poderosas do Brasil (Adorno; Salla, 2007; Dyna, 2023; Figueiredo, 2021).

Para além das rebeliões, houve mais eventos centrais e fundamentais para a

compreensão da pesquisa realizada deste trabalho, com o intuito de atualizar e apresentar a relevância da discussão aqui proposta. Em 2012, após os ataques de 2006, o PCC passou a organizar suas ações de forma estratégica, expandindo sua atuação nos âmbitos criminal, político, econômico e social, o que teve impacto direto na segurança pública (Dyna 2023). No período entre 2006 e 2012, o Estado de São Paulo registrou uma queda acentuada nos índices de homicídios, fenômeno referido muitas vezes como uma "pacificação" para alguns autores (Dyna, 2023). No entanto, em 2012, esse processo foi rompido por uma nova onda de confrontos entre o PCC e as forças de segurança, elevando os índices de violência, principalmente, na capital paulista, onde os homicídios aumentaram 34% em relação ao ano anterior. Os alvos dessa violência incluíam policiais fora de serviço e moradores de bairros periféricos, majoritariamente jovens negros e pobres, criando um padrão de execuções e ataques marcados por práticas de emboscada (Dias *et al.*, 2015; Silvestre, 2018).

O estopim para esse conflito foi a morte de membros do PCC em uma operação das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), na zona leste de São Paulo, evento que gerou especulações sobre a ação premeditada da polícia contra integrantes do comando. Esse episódio deflagrou uma série de represálias e atentados, reforçados pela política repressiva implementada pelo então secretário de Segurança Antônio Ferreira Pinto, o que incluiu práticas violentas de retaliação mútua, como o "salve" que determinava "para 1 PCC morto, 2 policiais morrerão" (Dyna, 2023). Esse ciclo de violência resultou na quebra de acordos informais de paz entre o PCC e a polícia, estabelecidos ao longo da década anterior, levando à desestabilização da chamada "pacificação" e instaurando um novo período de tensão entre as forças criminais e policiais em São Paulo.

Destaca-se ainda a expansão internacional da facção, iniciada no final dos anos 2000, em 2010. A expansão do PCC, para fora do Brasil, começou a tomar forma principalmente na década de 2010, impulsionada pelo fortalecimento da facção no tráfico internacional de drogas e pelo controle das rotas de comércio ilícito. Com o objetivo de garantir a continuidade do abastecimento de drogas e de ampliar seu alcance, o grupo estabeleceu conexões com organizações criminosas e fornecedores da Bolívia, Paraguai, Colômbia e Peru, países centrais na produção de cocaína. A partir dessas parcerias, o PCC passou a operar nas regiões de fronteira para facilitar a entrada de drogas e armas no Brasil e, além disso, criou células em países vizinhos para monitorar e gerenciar essas operações, consolidando sua influência regional. A facção também começou a estender suas atividades para a Europa, utilizando rotas marítimas e aéreas para distribuir drogas principalmente em países como Portugal, Espanha e Itália. Essa expansão internacional aumentou o poder do PCC e solidificou seu status como uma

das maiores organizações criminosas da América Latina, colocando-o em uma posição de destaque no mercado global de entorpecentes.

Dentre as rotas mais conhecidas, se destaca a rota caipira e a rota Solimões, duas das mais importantes trajetórias de produção e circulação de substâncias psicoativas, principalmente a maconha e os derivados da folha de coca, como cocaína e crack. A rota caipira, discutido na obra de Abreu (2017), é um caminho que perpassa a produção de maconha no Paraguai e de cocaína nos países dos andinos (Bolívia, Colômbia e Peru), rumo a fronteira do centro-oeste, nas unidades federativas do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, espalhando em diversas rotas para atender os mercados consumidores de várias regiões e as facções que articulam o recebimento dessas mercadorias, além do destino final, que são os maiores portos brasileiros, como o porto de Santos (Dyna, 2023, p. 94).

Os confrontos pela fronteira envolvendo o PCC são motivados pela disputa pelo controle das rotas de tráfico de drogas e armas, que cruzam regiões estratégicas da América do Sul<sup>5</sup>. Na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia, onde as facções brasileiras competem com cartéis locais e organizações criminosas rivais, o PCC busca assegurar o domínio sobre essas áreas para garantir o fluxo de cocaína e maconha, consolidando suas operações transnacionais. Essas disputas acirradas são marcadas por intensos conflitos, ataques violentos e uma crescente militarização nas áreas fronteiriças, uma vez que a facção enfrenta tanto a repressão policial quanto o ataque de grupos rivais. O auge dos conflitos pode ser compreendido com a escalção da tensão na fronteira entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Pedro Juan Caballero (Amambay), na rota caipira, houve o assassinato de Jorge Raffat, tido como a principal figura de liderança do tráfico e contrabando na região, o episódio de sua morte marcou a entrada do PCC no mercado de drogas como fornecedor (Figueiredo, 2021). Segundo Dyna (2023, p. 97), “o PCC obteve êxito em seu intuito de dominar partes do comércio ilegal e legal na fronteira binacional, na medida que assassinou o líder que controlava a rota das mercadorias criminais entre os dois países”. Os eventos, além de terem um impacto direto na fronteira, gerou uma rusga e um rompimento com o Comando Vermelho e deu início a uma série de confrontos entre facções pelo Brasil.

Desde os anos 1990, as duas facções mantinham uma colaboração estratégica baseada em uma cultura criminal comum e nas rotas de tráfico de drogas e armas. Inspirado pela trajetória do CV, o PCC absorveu práticas e discursos de resistência à opressão estatal, consolidando uma aliança que favorecia ambas as organizações no controle de rotas estratégicas

---

<sup>5</sup> O controle pela fronteira envolve uma série de conflitos e questões específicas que cabe a cada região, não sendo o objetivo deste trabalho. No entanto, destaca-se que a luta pelo domínio dessas regiões impactou a segurança local, com o PCC empregando táticas de intimidação e violência para eliminar a concorrência e expandir o seu modelo. Essa guerra territorial transformou as fronteiras em zonas de alta periculosidade, afetando diretamente a dinâmica de segurança pública, a estabilidade local e as relações diplomáticas entre os países envolvidos,

e atividades criminosas. Desde o racha, em 2016, as facções começaram a rivalizar e disputar espaços, a rebelião de Manaus foi um exemplo dessa ruptura, onde presos associados ao PCC enfrentaram integrantes do CV e da Família do Norte (FDN), uma facção local que havia se aliado ao CV contra a expansão do PCC. O confronto resultou na morte de 56 detentos, muitos dos quais foram assassinados com extrema violência, incluindo mutilações e decapitações, configurando um quadro de necropolítica (Mbembe, 2018) em que a destruição dos corpos rivais é usada como ferramenta de controle e intimidação.

Em 2019, outro massacre prisional, desta vez em Altamira, Pará, confirmou o nível de brutalidade nas disputas entre facções. Membros do Comando Classe A (CCA) atacaram prisioneiros ligados ao CV, provocando a morte de 57 detentos, alguns dos quais não tinham afiliação direta com nenhuma facção<sup>6</sup>.

Assim, a ruptura entre o PCC e o CV solidificou uma guerra interna no sistema prisional brasileiro, afetando não só a dinâmica das organizações criminosas, mas também ampliando a crise de segurança pública em diversas regiões do país. Com a criminalidade dividida entre as duas grandes facções (PCC e CV), surgiram algumas alianças criminais no Brasil vinculadas ou baseadas nelas, estruturadas em três blocos principais, cada um liderado por uma facção (Dyna, 2023). A FDN comanda o bloco “Tudo 1” e lidera facções regionais do Norte, tendo se consolidado como a terceira maior facção nacional, após violentos confrontos entre 2017 e 2023. Já o CV encabeça o bloco “Tudo 2”, formado por facções rivais do PCC, que também compartilham valores culturais e símbolos do CV. Por fim, o PCC lidera o bloco “Tudo 3”, reunindo aliados locais e regionais sob o código “1533”. Esses blocos ilustram como essas facções estruturam poder e disputas territoriais pelo país (Dyna, 2023).

Por fim, apesar do período de conflitos, o PCC conseguiu sucesso na sua internacionalização após a tomada da fronteira, conseguindo importar e exportar drogas sem a necessidade de intermediários, estabelecendo alianças com outros grupos que têm interesse na comercialização das drogas, como as máfias italianas da *N'drangheta* (da região da Calábria) e *Camorra* (de Nápoles), o que possibilitou em um canal de exportação para a Europa (Dyna, 2023; Figueiredo, 2021; Manso; Dias, 2018).

Da mesma forma, não se encerraram as disputas pelo poder e território, com o grupo, atualmente, vivendo uma espécie de “racha” em sua organização. Desencadeada após o assassinato de duas importantes membros ligados a alta cúpula do grupo, Gege do Manguê e Pacá, assassinados no interior do Ceará por outros membros, Fuminho e Cabelo Duro, que

---

<sup>6</sup> Esses episódios ilustram a intensificação dos conflitos nas prisões e nas fronteiras brasileiras, refletindo uma luta constante pelo domínio do tráfico e da logística nas rotas criminais que alimentam o poder econômico das facções.

tinham fama de já terem executados antigos fundadores do PCC em nome de Marcola. Cabelo Duro foi assassinado e Fuminho fugiu para a Bolívia, sendo preso, posteriormente, em Moçambique, “essa morte [de Cabelo Duro] evidenciou uma vingança de outros membros do PCC para saudar a ação contra Gegê do Mangue e Pacá” (Dyna, 2023, p. 107). A justificativa para as mortes deles era a de que estavam desviando dinheiro da facção, Fuminho ainda relatou que estava apenas cumprindo ordens que havia recebido (Dyna; 2023; Manso; Dias, 2018;). A trajetória do Primeiro Comando da Capital é muito mais ampla do que o que foi trazido aqui, assim, buscou-se detalhar mais os eventos que se relacionam com o objetivo principal da pesquisa, de analisar a ocorrência da facção nos jornais. O PCC exerce um impacto profundo e multifacetado no Brasil, afetando diversos aspectos da sociedade, desde a segurança pública até o sistema prisional e a dinâmica social nas periferias, desta forma a sua compreensão é essencial para analisar os resultados desta pesquisa.

### 3 FORMAÇÃO E POSICIONAMENTO DOS JORNAIS AO LONGO DO TEMPO

Compreendendo o contexto de formação e atualidade do Primeiro Comando da Capital, e dos eventos de 2001 e 2006, no mesmo sentido, o presente capítulo, busca fazer uma breve contextualização acerca dos jornais estudados (*O Globo* e *O Estado de São Paulo*) destacando o posicionamento político deles em eventos históricos do Brasil. Como mencionado anteriormente, destaco que a escolha dos jornais se deu com a intenção de ter uma base de comparação pelas suas sedes em diferentes estados, *O Estado de São Paulo* em São Paulo e *O Globo*, no Rio de Janeiro, no entanto, como apresentado na introdução deste trabalho, a escolha dos jornais não necessariamente refletiu a intenção original, visto que ainda estão geograficamente próximos e a comparação poderia ter sido feita com outros jornais.

Para dar a início a discussão, em primeiro lugar será apresentado o processo de formação e os principais eventos que marcaram a trajetória do jornal *O Globo*, dando ênfase ao período dos anos 1960, o mesmo se propõe com o jornal *O Estado de São Paulo*, no subcapítulo seguinte ao do *O Globo*. Por fim, na última parte deste capítulo apresento o jornal *Notícias Populares*, entendendo-o como um catalisador para a popularização de um jornalismo sensacionalista no Brasil, o subcapítulo articula que a fórmula apresentada por Cestari (2018) sexo-crime-sindicato que fez a fama do jornal, se reinventa com fim dos anos 1990, e se torna um modelo para um novo jornalismo ainda sensacionalismo que chamo de moral-crime-política.

#### 3.1 Jornal O Globo (1925- 1990)

Para entender o local de fala dos jornais analisados é necessário abordar um pouco das suas formações. Inicialmente, *O Globo*, segundo sua página oficial dedicada à sua memória, teve sua fundação datada no dia 29 de Julho de 1925, pelo jornalista Irineu Marinho, no entanto, ele surge originalmente como um jornal vespertino chamado “A noite”, em 1911, onde após perder o controle do jornal por um acordo não cumprido com um dos sócios, Irineu, após uma viagem à Europa, voltaria com a ideia de criar um jornal identificado com a cidade do Rio e incorporando parte do corpo editorial do seu antigo jornal, que daria origem ao jornal que conhecemos hoje.

O nome teve origem a partir de um concurso promovido por Irineu, e embora o nome mais votado tenha sido “Correio da Noite” já estava patenteado e *O Globo* era o segundo colocado. A trajetória de Irineu também foi curta a frente do jornal *O Globo*, falecendo aos 49 anos, deixando lugar para que seu filho e atual dono, Roberto Marinho, assumisse. Em sua primeira forma, *O Globo* apareceu como um jornal vespertino, com tiragem inicial de 33.435 exemplares, cujo posicionamentos são necessários destacar, devido ao impacto nacional

causada por ele e para obter entendimento acerca de como ele se apresenta politicamente para a população. Inicialmente, o jornal se declara como um veículo imparcial e neutro, e, ao mesmo tempo, como um defensor de causas populares, mesmo sem vínculo com organizações ou movimentos sociais relacionados às classes populares (Arêas, 2012).

Em relação ao seu posicionamento, destaca-se no Golpe de 1930, um movimento político-militar que marcou o fim da República Velha (1889-1930) e o início de uma nova fase na história do Brasil, caracterizada pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O movimento foi resultado de tensões políticas e econômicas, sobretudo, da insatisfação das elites agrárias e urbanas do sul e sudeste, com a política do "café com leite", que alternava o poder entre São Paulo e Minas Gerais. A crise econômica de 1929, que afetou gravemente o setor cafeeiro, somada à derrota de Vargas nas eleições presidenciais de 1930, intensificou os conflitos, levando à revolta armada.

Com a deposição do presidente Washington Luís e a impossibilidade de posse de Júlio Prestes, neste contexto, ainda sobre o controle de Irineu, *O Globo* se posiciona a favor da revolução de 1930, tendo apoiado a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, marcada com a insatisfação de jovens oficiais do Exército Brasileiro, conhecidos como "tenentes", contra o governo do presidente Epitácio Pessoa e a estrutura política da época, controlada pelas elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, em 1935, *O Globo* aliado à Vargas reforça uma posição anticomunista, condenando a Intentona Comunista, tentativa de tomada do poder pelos comunistas, ocorrida em novembro de 1935, liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal teve uma posição a favor dos aliados, pedindo o rompimento com países do Eixo, dando espaço, em seu jornal, para as forças expedicionárias que lutavam na Europa. Neste momento, o jornal já era liderado por Roberto Marinho, filho de Irineu Marinho e foi um momento de aproximação entre ele e as forças armadas "em especial, de Humberto Castelo Branco, seu amigo pessoal que, anos mais tarde, seria o primeiro general-presidente da ditadura militar" (Arêas, 2012, p. 63). Posteriormente, mudando a sua posição, *O Globo* se demonstrará favorável ao fim do Estado Novo (1937-1945), um período ditatorial liderado por Getúlio Vargas, que marcou uma fase de centralização do poder e controle autoritário, ao mesmo tempo, em que defendeu a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947.

Identifica-se que o alinhamento do *O Globo* está diretamente relacionado aos interesses das elites nacionais e das multinacionais, e associa-se a oposição varguista visando seu interesse, assim, se afilia mais próximo à União Democrática Nacional (UDN) uma vez que "A

rádio e o jornal de Marinho estiveram à disposição de políticos da União Democrática Nacional (UDN), em especial, Carlos Lacerda, para desferirem ataques ao governo. O jornal fez forte campanha contra a criação da Petrobrás ” (Arêas, 2012, p. 63). O partido representava os setores mais conservadores da sociedade brasileira, defendendo princípios como o liberalismo econômico, a moralidade na administração pública, o anticomunismo e a descentralização do poder, se formando essencialmente como oposição a Getúlio Vargas.

Nos anos 1950, nas eleições, o jornal se manteve contrário à volta de Vargas e fez oposição moderada a Juscelino Kubitschek, com a vitória nas eleições de 1955, apoiando mais tarde Jânio Quadros, nas eleições de 1960, onde não participaram candidatos da UDN (Arêas, 2012). No entanto, com a eleição de João Goulart a vice, e a possibilidade de assumir a posição de Jânio Quadros, com a crise política, o jornal novamente se posiciona, pedindo a criação de um sistema parlamentarista, “conforme o editorial de capa de *O Globo* de 06/09/1961, tratou-se de um ‘honroso caminho de uma solução digna’” (Arêas, 2012, p. 64), referindo-se a alteração da constituição e a instauração de um sistema parlamentarista.

Ao mesmo passo que a política nacional se modificava com a ascensão de Jango, Roberto Marinho articulava a expansão de seu veículo, o projeto de uma transmissora de TV, anteriormente, negada por Getúlio Vargas, irá conseguir autorização pelo presidente Kubitschek e será crucial, a partir dos anos 1960. Nesse contexto, Jango, desencadeia um período crucial para a história nacional e também para *O Globo*, que aguardavam uma justificativa para um golpe.

[...] diversas associações das classes dominantes voltaram-se para a desestabilização e derrubada do governo Goulart. Nesta frente, participaram os “principais órgãos de imprensa, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, partidos políticos conservadores, como a UDN, setores da Igreja Católica, grupos militares sob orientação da Doutrina de Segurança Nacional, com destaque à Escola Superior de Guerra (ESG), e associações empresariais diversas, como a Confederação das Classes Produtoras (CONCLAP). Grupos ligados às multinacionais – fortalecidos a partir da segunda metade dos anos 50 com a maior abertura ao capital estrangeiro – organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (complexo IPES/IBAD), que coordenou uma enorme campanha política, ideológica e militar contra o governo Goulart (Arêas, 2012, p. 64-65).

*O Globo* foi um dos principais veículos de comunicação atuantes na campanha contra o governo João Goulart, associando-se a outros importantes meios de imprensa para criar a chamada “Rede da Democracia”, que tinha como objetivo disseminar propaganda anticomunista (Arêas, 2012). Essa rede veiculava o discurso de que o governo Goulart representava uma ameaça subversiva e que as reformas, de base planejadas por ele, eram um risco à democracia e à “vocação” tradicional do Brasil. Esse discurso visava, principalmente,

influenciar a classe média, fomentando o medo de uma possível "República Sindicalista" e do "perigo comunista", preparando o terreno para um golpe de Estado.

Na virada de 31 de março para 1 de abril de 1964, os militares derrubavam João Goulart. E O Globo comemorou: 'Graças à decisão e heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo a rumos contrários à sua vocação e tradições (...) Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares (Arêas, 2012, p. 66).

Nos dias seguintes ao golpe, as manchetes de *O Globo* continuaram a legitimar e glorificar o movimento militar, como no texto editorial divulgado no dia primeiro de abril (anexo A), com chamadas como: "Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida", "A Revolução Democrática antecedeu em um mês a Revolução Comunista" e "Os chefes militares apresentam um ato institucional para que o país possa ser descomunizado". Essas manchetes consolidavam a visão de que o golpe era uma ação necessária e democrática, enquanto o Ato Institucional, imposto pelos militares, foi apresentado como uma medida para garantir armas à defesa da democracia, legitimando o regime de repressão que se seguiria (Arêas, 2012).

De acordo com Arêas (2012), durante a ditadura militar, é essencial entender as relações entre a Globo e a empresa norte-americana *Time-Life*, uma editora de revistas que possuía canais de televisão locais nos Estados Unidos. O grupo norte-americano também tinha investimentos em outros países da América Latina, como Cuba, Venezuela e Argentina, notoriamente, países que sofreram com a interferência norte americana. Entre 1962 e 1966, a *Time-Life* enviou cerca de 6 milhões de dólares para a empresa de Roberto Marinho, representando quase dez vezes o patrimônio da Globo. A empresa, além de financiar a rede Globo, também tinha participação de 30% do lucro e patrimônio da empresa, com presença na administração, programação, publicidade e outros setores. No entanto havia proibição de uso do capital estrangeiro dentro das comunicações, fato que deu espaço ao "Manifesto à Nação" pedindo investigação das irregularidades. Com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar as relações da Globo com o grupo *Time-life* instaurada, a mesma não teve grandes efeitos, pois mesmo com o parecer tratando o acordo como inconstitucional, o Presidente Castelo Branco, amigo de Roberto Marinho declarou a operação legal.

A parceria com o capital norte-americano rendeu frutos e consolidou o grupo *O Globo* como potência, da sua parceria obtiveram recursos para a construção do edifício que abrigaria a emissora de TV, a tecnologia e as técnicas necessárias para sua operação e dinheiro para a contratação de artistas de outras emissoras (TV Excelsior, TV Tupi e TV Rio) para o seu quadro

profissional<sup>7</sup> (Arêas, 2012).

Além da renovação da estrutura e do quadro de artistas e apresentadores, nos anos 1960 começa a sua expansão, “A TV Globo (RJ) foi inaugurada em 1965 e não parou de crescer, adquirindo uma estrutura de rede nacional. Novas emissoras foram compradas em outros estados: São Paulo (1966), Belo Horizonte (1968), Brasília (1971) e Recife (1972)” (Arêas, 2012, p. 69). Com a sua consolidação se tornou a principal emissora nacional. Inversamente ao seu crescimento, alguns concorrentes foram ficando para trás no ramo televisivo por conta dos militares com as concessões dos veículos que apoiaram João Goulart sendo cassadas, outros pela falta de possibilidade de publicidade e financiamento acabaram falindo.

O grupo *O Globo* se torna através desse processo de estruturação, expansão e falência de concorrentes o veículo de propaganda quase oficial do regime, além de aumentar o seu alcance com a consolidação da televisão, tendo como principal destaque deste momento e de propaganda na ditadura militar o surgimento do Jornal Nacional, em 1969, como “rosto” do período, com um tom mais oficial, passava a impressão de tranquilidade em meio ao contexto social violento do Brasil. O jornal televisivo, o mais popular da época se esquivava das questões de desigualdade e violência, noticiava as guerras no exterior e omitia o contexto nacional, é “Daí a celebre declaração do presidente Médici: ‘Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir o jornal [nacional].’” E ainda se destaca que “enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho” (Arêas, 2012, p. 71).

Em sintonia com o discurso oficial de desenvolvimento econômico, *O Globo*, cedeu suas manchetes aos militares “Bolsa em novo recorde” (04/07/1969), “Bolsa: Novos recordes” (24/11/1970), “Bolsa continua subindo no Rio e em São Paulo” (30/12/1970), “Êxito do Brasil contra a inflação” (7/06/1969), assim como “Inflação continua diminuindo” (15/07/1970), “Crédito maior e mais rápido” (9/01/1970), “Nova faixa de crédito vai baratear os preços de venda” (28/01/1970) e “Governo amplia faixa de crédito” (5/03/1969). Um editorial intitulado “Do caos aos recordes” celebrava sucessos da economia (18/06/1969)” (Arêas, 2012, p. 73). Além do destaque para a economia eram comuns manchetes enaltecendo as obras e as instituições públicas, parabenizando as grandes obras e o caráter moral de seus agentes, crédito que era atribuído aos atos institucionais instaurados pelo governo.

---

<sup>7</sup> Dentre eles, a saber estão: Chacrinha, Dercy Gonçalves, Flávio Cavalcanti, Dias Gomes, Paulo Autran, Fernanda Montenegro, Regina Duarte, Francisco Cuoco, Walmor Chagas, Jô Soares, Chico Anísio, Cid Moreira e Walter Clark.

Desta forma, defendeu cada um dos atos institucionais, entendendo que eles aprofundariam a “revolução” iniciada em 1964. Destaca-se a posição em relação ao Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, marcado por ser considerado o mais severo e autoritário de todos os atos institucionais, o AI-5 conferiu amplos poderes ao Executivo e intensificou a repressão política durante o regime militar (1964-1985), permitindo o fechamento do Congresso Nacional, a intervenção nos estados e municípios e o afastamento de parlamentares e funcionários públicos considerados contrários ao regime. A respeito do evento, de acordo com Arêas (2012, p. 74), *O Globo* comentou que “(...) Esperamos que o Ato 5 elimine os últimos focos de desperdício na empresa” (9/01/1969). E ele se repetiu em outros momentos, diversas manchetes destacavam as ações governamentais, tanto na esfera política quanto social. Em 27 de fevereiro de 1969, a manchete "AI-7 liquida os excessos nas Assembleias Estaduais" tentava justificar as ações do regime para controlar as assembleias legislativas. A perspectiva de moralização das instituições públicas também era frequente com elogios aos militares por fazerem esse papel, assim como era comum as referências ao período de Jango e questões populares.

Um editorial datado de 5 de agosto de 1969 elogiava "notável esforço em prol da moralização dos serviços públicos". Algumas manchetes focalizavam os aspectos sociais das políticas do regime militar, incorporando elementos das "reformas de base" do período pré-golpe, como exemplificado em: "Reforma Agrária: AI-8 facilita desapropriações" (28 de fevereiro de 1969) e "Reforma Agrária já começou no Sul" (8 de maio de 1969). Outras manchetes refletiam melhorias em serviços de saúde e abastecimento: "INPS reforma os ambulatórios" (4 de março de 1970), "Prioridade total para abastecimento" (25 de novembro de 1969), "Médici anuncia revolução no abastecimento" (17 de março de 1970). Melhorias na educação também foram destacadas: "Melhora a situação de professores" (3 de outubro de 1970) e "MOBRAL já alfabetizou 420 mil" (23 de dezembro de 1970) (Arêas, 2012, p. 74).

Em linhas gerais, a relação com o grupo *O Globo* e a ditadura militar extrapolou o jornal, embora, muito importante, se transformou em uma parceria na qual Roberto Marinho pode enriquecer e expandir e a ditadura encontrou um espaço para se legitimar. No *O Globo*, o discurso da “revolução” como algo benéfico era comum e evocava um sentimento nacionalista e de tentativa de união da nação, é neste contexto, que surge a expressão “Brasil acima de tudo”, que frequentemente aparecia no jornal (Arêas, 2012) e foi lembrada pelos saudosos da ditadura nas eleições em 2018. As manchetes sempre lembravam as obras dos militares e celebravam os aniversários do golpe, apelando para o apoio da população para confiar nos ditadores, “O editorial que anunciava Médici como presidente convocava: ‘UNIÃO NACIONAL em torno da Revolução e de seu novo líder – é palavra de ordem. Dividir é trair’” (7/10/69) (Arêas, 2012, p. 76).

Assim como defendia a participação nas eleições, que sobre o regime militar estariam livres da corrupção e da imoralidade, em contrapartida, os inimigos da nação ainda eram os mesmos do governo Vargas, os comunistas, taxados como terroristas representavam o que tinha de errado com o país “Eis algumas manchetes: ‘MAR [Movimento de Ação Revolucionária] usou uma criança como escudo’ (08/08/1969), ‘Terrorista mataria o próprio pai’ (08/10/1970), ‘Ante a repulsa geral do povo terroristas tentam captar simpatias’”(11/04/1970), ‘Subversão só tem um objetivo’” (Arêas, 2012, p. 76). Nota-se como nos momentos em que fala do inimigo ou de seus desafetos, o jornal recorre mais do que o comum a um tom alarmista e sensacionalista traçando paralelos entre seus alvos e atitudes tidas como imorais para os civis, como a violência e o sexo, como na manchete “Dinheiro do terror era gasto em orgias” (29/01/1970) ou no relato do sequestro do Embaixador dos EUA (Charles Burke Elbrick) “UM GESTO DE EXTREMA brutalidade chocou a população pacata e ordeira do Rio” (5/09/1969)” (Arêas, 2012, p. 77).

Outro momento de destaque sobre a posição do jornal em relação aos grupos revolucionários e de oposição é a cobertura da morte de Hennin Boilesen, presidente do grupo Ultragás e conhecido por financiar e apoiar a ditadura militar. Sobre esse caso *O Globo* relatou que “o empresário teria sido ‘vítima de um selvagem atentado terrorista’, sendo ‘metralhado covardemente pelas costas’. Seu único crime: amar profundamente o Brasil” (Arêas, 2012, p. 77). Novamente, o caráter moralizante e uma defesa da oposição entre aqueles que mantêm a ordem (militares) e os que tentam derrubá-la (oposição). A relação do jornal foi muito próxima com o regime, sendo admitida posteriormente por outros nomes do jornalismo, como foi o caso de Evandro Carlos de Andrade, diretor do jornal em parte do período militar, que assume que nunca foi contra os militares, apenas contra a censura, mesmo que essa nunca tenha ocorrido com o jornal. Ou como “o ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão lembra: ‘Dr. Roberto Marinho nunca me criou qualquer tipo de dificuldade, eu como ministro censor e ele diretor d’O Globo’” (Arêas, 2012, p. 83).

Após sua expansão no período militar e com a imagem desgastada do regime, *O Globo*, nos anos 1980, às vésperas da redemocratização, *O Globo* evitava falar sobre o assunto, não apoiou o movimento de Diretas-Já ou divulgou as manifestações contra o governo. Mesmo assim, começa a tentar se desvencilhar dos militares, com Roberto Marinho afirmando que não apoiaria o candidato da ditadura nas eleições abertas de 1985. Evidente que o distanciamento se deu devido ao interesse comercial e a impopularidade causada pelos anos de violência da ditadura, o descrédito nos militares enfraqueceu o principal produto do Jornal. Com a redemocratização e a reorganização dos partidos, *O Globo* se aproximou de grupos com os quais tinha inimigos em comum, geralmente inimigos das elites. Foi o caso do movimento operário

do ABC paulista, em que a relação entre o jornal e os trabalhadores se tornou tão hostil que chegou a haver episódios de violência desencadeados pela forma como o jornal cobria os operários. Junto com os sindicalistas, concentrado na figura de Lula, outro inimigo surge em comum, Leonel Brizola, voltando do exílio, não só pela sua forte representação na esquerda, mas como um “herdeiro” da tradição trabalhista, que *O Globo* tanto se opôs (Arêas, 2012). Brizola protagonizou um evento único, quando conseguiu que o Jornal Nacional exibisse um direito de resposta aos ataques que sofria, em 1992, onde por alguns minutos Cid Moreira, porta voz do jornal, assume o apoio do veículo na ditadura.

A influência política das Organizações Globo tornou-se ainda mais evidente durante a formação do período que ficou conhecido como "República Nova", marcando a retomada do voto popular. Logo após vencer as eleições indiretas, Tancredo Neves reuniu-se com Roberto Marinho, Antônio Carlos Magalhães e o vice-presidente eleito José Sarney, que era concessionário de afiliadas da Rede Globo, em uma residência das Organizações Globo em Brasília. Poucos dias depois, Tancredo anunciou que seu secretário de Imprensa seria Antônio Brito, jornalista da Rede Globo, e que Antônio Carlos Magalhães ocuparia o cargo de ministro das Comunicações (Arêas, 2012).

Durante o governo Sarney, as Organizações Globo continuaram a exercer grande influência política. O jornalista Pedro Bial comenta que o poder de Roberto Marinho era visto como natural, comparando-o a uma espécie de "primeiro-ministro informal", já que Sarney, precisando de apoio político, buscou e recebeu o suporte de Marinho (Arêas, 2012). Com o poder consolidado ao longo da ditadura, *O Globo* se apresentava como crucial para qualquer projeto político. Nesse sentido, na Nova República, Roberto Marinho participou ativamente até nas escolhas de ministros. Ao longo das novas eleições manteve seu apoio aos candidatos das elites, ao passo que intensificava sua oposição aos movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

As Organizações Globo colaboraram com associações empresariais na construção de um consenso em torno dos valores neoliberais. O conglomerado de Roberto Marinho tinha interesse especial na desregulamentação e nas privatizações, particularmente, no setor de telecomunicações. Ao difundir visões de mundo neoliberais, as Organizações Globo acabavam apoiando seus próprios interesses empresariais (Arêas, 2012). Embora, inicialmente, não tivessem um candidato definido para as eleições de 1989, as Organizações Globo sabiam claramente quem não queriam que Lula e Brizola vencessem (Arêas, 2012).

A família de Fernando Collor possuía o maior grupo de comunicação de Alagoas, incluindo o jornal *Gazeta de Alagoas*, estações de rádio como a *Gazeta FM*, uma gráfica e a

TV Gazeta, afiliada da Rede Globo. Além disso, seus irmãos também tiveram envolvimento com as empresas de Marinho: Leopoldo Collor foi diretor regional da TV Globo, em São Paulo, e Pedro Collor era superintendente da Globo, em Alagoas (Arêas, 2012). A aproximação de Collor com as Organizações Globo, no entanto, não se deu apenas por laços familiares, seu projeto político estava alinhado com o neoliberalismo e, no manifesto de criação do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em 1989, defendia a redução da interferência do Estado na economia e condenava protecionismos e cartórios empresariais (Arêas, 2012). Ao longo da campanha, o jornal *O Globo* procurou favorecer Collor, destacando sua imagem de jovem e moralizando o candidato como livre de corrupção, o “caçador de marajás”. O jornal também defendeu Collor de acusações de ser de direita ou conservador, chamou atenção para sua liderança nas pesquisas e o retratou como o virtual presidente eleito. No entanto, talvez o apoio mais significativo de *O Globo* tenha sido a forma como tratou seus adversários, principalmente, Brizola e Lula (Arêas, 2012). Embora tenha favorecido Collor, seu maior apoio ao candidato foram os ataques que fez aos concorrentes.

Após as eleições de 1989, ainda houve outros eventos relevantes que, evidentemente, foram cobertos pelo jornal. No entanto, com a intenção de trazer um panorama histórico sobre o posicionamento político do jornal, é necessário fazer um paralelo sobre seu *modus operandi* para as notícias analisadas, neste trabalho, acerca do tema da segurança pública e do PCC.

Inicialmente, encontra-se o mesmo tom conservador e moralista que já aparecia nos jornais, no entanto, com as mudanças sociais, o jornal se apresenta em um tom mais “sóbrio” embora, entenda-se na pesquisa que os temas que o atraem ainda são o mesmo, a violência, a política e o sexo, como um elemento atrelado aos outros dois. Pode-se perceber essa relação nas capas como: “PCC se vinga organizando sequestro” (19/04/2001); “FH quer criar tropa de PM antimotim” (28/07/2001) e “capturado bando de São Paulo que ia resgatar presos do PCC no Rio” (08/12/2001). Embora na pesquisa o número de menções ao PCC nas capas seja pequeno (comparado ao OESP) existe um padrão em mencionar o grupo ou relacionado à violência ou à política. Diferente do tom alarmista e explicitamente sensacionalista, que marcou sua trajetória, a sua aparência sóbria parece construir um tom de autoridade isento ou neutro. No entanto, não houve, na história do jornal, indícios de uma ruptura em seu posicionamento e intenção política, atrelado as elites e aos conglomerados empresariados, de modo que a sua opinião se legitima por essa nova roupagem enquanto mantém as velhas concepções que o consagraram na ditadura militar.

### **3.2 Jornal O Estado de São Paulo (1875-1990)**

Em relação à outra fonte, o jornal *O Estado de São Paulo*, é importante destacar dois eventos que não aparecem no *O Globo*, devido ao fato de sua fundação ser anterior ao jornal. Ao realizar uma comparação, o primeiro se relaciona com a Proclamação da República e o segundo com a abolição. A história oficial disponível no *site* do jornal foi que ele foi fundado em 4 de janeiro de 1875, inicialmente, com o nome “A Província de São Paulo”, por um grupo de republicanos liderado por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, com o objetivo de se opor à monarquia e, segundo a história oficial do jornal, também à escravidão. O jornal surge com uma forte perspectiva de intervenção política, com 2.025 tiragens em sua primeira edição. Ele manifestava como um campo livre para os debates mais importantes da nação, fazendo da independência sua causa principal. Seu nome atual surgiu com a Proclamação da República, em 1889, se tornando oficialmente *O Estado de São Paulo*; no entanto, começa a circular com o novo nome apenas no primeiro dia de 1990.

Além da história oficial, destaca-se o trabalho de Guilherme (2018), o qual nos apoiaremos para aprofundar a história do jornal. O autor destaca, sobre a formação do jornal que de fato, alinhados a uma concepção republicana, fundaram o jornal, um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), a partir de uma coalização entre as elites rurais e a burguesia contra monarquia. A posição em defesa da República, se acentua de fato, em 1885, assim como a oposição à escravidão, anteriormente, possuía anúncios de leilões e escravizados fugidos. Contrariando a história oficial do jornal de que nascera abolicionista.

Posteriormente, com a mudança no comando, sendo assumido pelo antigo redator Júlio de Mesquita, em 1902, o jornal ainda se manterá como interventor político. Fazendo oposição à república oligárquica, dominada pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, durante o período que ficou conhecido como república velha (1889-1930), com o jornal apoiando o movimento tenentista, série de revoltas e movimentos políticos que ocorreram no Brasil, entre a década de 1920 e o início da década de 1930, liderados por tenentes do exército brasileiro. Surgiu, nesse sentido, como uma resposta ao descontentamento com a política oligárquica da República Velha, marcada pela corrupção, clientelismo e exclusão social, a oposição, que resultou na prisão de Mesquita, e a censura do jornal por duas semanas.

Segundo Guilherme (2018), neste período, o jornal era associado a uma concepção atrelada às elites econômicas e em defesa de uma concepção liberal. O “OESP divulgava a ideologia positivista da ‘ordem e progresso’: valorizava a ciência, estimulava o patriotismo, a instrução cívica para o trabalho e a disciplina das classes populares” (Guilherme, 2018, p. 205).

Com o fim da república velha, nas eleições de 1929, o OESP se colocou contra uma luta armada, no entanto, admitia uma necessidade de “revolução”, caso não vencessem as eleições. Tinha-se como principal discurso uma oposição ao comunismo, e tentavam associar membros do governo à ideologia, ponto onde se encontra com *O Globo*, a oposição à Vargas e a defesa de um regionalismo paulista, fizeram com que o jornal se alinhasse em defesa da revolta de 1932, também conhecida como a Revolução Constitucionalista, foi um movimento armado que ocorreu em São Paulo, em resposta à insatisfação dos paulistas com o governo de Getúlio Vargas, com a sede servindo de base para recrutamento e distribuição de armas, além de se tornar veículo de propaganda do movimento, com membros do jornal participando dos conflitos.

Posteriormente, sob a intervenção federal, há uma flexibilização das posições da família Mesquita, com o jornal chegando a apoiar a Lei de Segurança Nacional, de 1935, após a intentona comunista, com o argumento de que não existiriam liberdades absolutas. Com isso “o jornal seguiu apoiando a escalada autoritária de Vargas, pois, na visão no periódico, o combate ao comunismo é mais importante que a defesa da ideologia liberal ou dos princípios constitucionais” (Guilherme, 2018, p. 206). Mesmo com a flexibilização e aderência ao governo autoritário varguista, com as eleições de 1951, retoma sua posição contra Vargas, em defesa do regionalismo, tentando impedir a posse dele. Com a ditadura do Estado Novo, em 1940, o governo varguista invade a sede do OESP e fica sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A família Mesquita é obrigada a se exilar e só recupera o controle do jornal com o fim do Estado Novo, em 1945 (Guilherme, 2018).

Com a crise do governo Vargas e a recuperação do jornal, se posicionou em defesa da renúncia do presidente, defendendo que seria a decisão certa a se tomar, segundo as “corporações mais respeitadas, as vozes mais autorizadas, a opinião pública do país. Tudo que há de sadio e desinteressado nesse País é pela renúncia” (Guilherme, 2018, p. 207). Além da defesa da renúncia, após o suicídio de Vargas, o jornal não se comoveu com a notícia, mencionando a situação em um editorial, apenas enfatizando o novo governo de Café Filho e uma retomada a partir do novo governo. Em 1955, nas eleições declarou abertamente apoio ao candidato da UDN, Juarez Távora, como o único candidato confiável, e que não faria alianças com os “comunistas”, com a renúncia de Jânio Quadros, o jornal se demonstra preocupado e abalado, sempre se opondo a João Goulart, a possibilidade de ele assumir. Devido a tal preocupação, se manifesta a favor da intervenção das forças armadas, descrevendo “que as Forças Armadas ‘saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas [...] se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional’” (Guilherme, 2018,

p. 209).

A posição da família Mesquita, refletida no jornal, em um dos momentos mais decisivos da história do Brasil, onde diversos projetos de nação e interesses estavam em disputa, foi de apoiar um golpe e, até a mudança da constituição, para evitar que Jango assumisse, o jornal pediu que ele desistisse do cargo. No entanto, com a sua recusa, pediu para que o congresso revisse a sucessão do cargo de presidente, mas em vão. Segundo Guilherme (2018), em referência ao depoimento do jornalista Carlos Chagas, Júlio de Mesquita Filho, teria sido um dos principais articuladores do golpe, em 1964, ao lado de como comentado anteriormente, Roberto Marinho do *O Globo*.

Oscar Pilagallo (2012) reconstrói detalhadamente o golpismo da família Mesquita. Desde 1961, o jornal já conspirava e manipulava o noticiário. Em 1962, Júlio de Mesquita Filho entregou ao general Orlando Geisel um documento com normas a serem seguidas pelos militares após derrubarem Jango. No ano seguinte, escreveu uma carta ao general Emílio Médici intitulada “roteiro da revolução”. Além disso, procurou o jurista Vicente Rao para preparar um esboço de primeiro Ato Institucional para o governo provisório. “O papel de Mesquita em 1964 tinha o peso do jornal que ele dirigia. Esbanjando saúde financeira e prestígio editorial, O Estado vivia seu auge [...] não havia polo de influência mais forte” (Pilagallo, 2012, p. 163; Guilherme, 2018, p. 210).

O OESP, abertamente, se demonstrou contra o governo de João Goulart, e, em tom alarmista, pediu a interferências das forças armadas e a sociedade civil em uma suposta defesa da ordem e dos direitos dos cidadãos, assim com a consumação dele, o apoia e o exalta como uma conquista da nação, como apresentado no anexo B. Sendo o contexto da guerra fria, também um influenciador dessa oposição, na política nacional, as reformas de base de João Goulart foram consideradas um aceno à esquerda e foram usadas como justificativa do golpe para as classes contrárias ao populismo e a radicalização de direitos fundamentais, como o da educação e, em especial, da reforma agrária. Entende-se que o apoio do Estadão com o golpe não era de uma “revolução”, mas sim um alinhamento com a execução de uma limpeza de opositores políticos, não sendo esperado que a ditadura tomaria tanto tempo, “‘Tudo isso seria alterado pelo AI-2’ quando o jornal teria rompido com o governo e o ‘movimento acabou se transformando em 20 anos de ditadura’” (Guilherme, 2018, p. 211).

O projeto mencionado se manifesta nos editoriais após o Golpe, com muita exaltação, e defesa de uma narrativa de apoio popular, pedindo que o governo leve mais a fundo a revolução, a estendendo para outros setores do Estado, como no Congresso e Senado, e organizações estaduais ou de cunho popular, como a Petrobrás e a União Nacional dos Estudantes (UNE), de modo que abertamente “nos anos do governo de Castelo Branco, o jornal o apoiou e, em certos

momentos, até pediu a ‘ampliação da Revolução’, para que ocorressem mais cassações de políticos considerados subversivos e corruptos” (Guilherme, 2018, p. 213). O apoio ao golpe, também se manteve com a instituição do Ato Institucional 2 (AI-2), que não reconhecia a vitória de opositores nas eleições. No entanto, com a instituição do AI-5, considerado amplamente o ato mais repressivo, o jornal também passou a ser alvo dos militares, com a apreensão do jornal nos dias 13 e 14 de dezembro de 1968, data e dia posterior a ordem do ato. A justificativa se colocava pela irritação dos militares com editoriais que criticavam as instituições da ditadura. Assim como na ditadura varguista, onde se opôs, depois apoiou e se opôs de novo, o OESP se tornava vítima da sua própria intervenção política. A partir de 1968, o jornal teve de operar com a autocensura, onde os diretores previam o que desagradaria a ditadura e não vinculavam ao jornal, assim como, paralelamente, eram orientados pelo regime, “os jornais recebiam telefonemas e bilhetinhos vindos do governo federal com os assuntos que não deveriam ser publicados” (Guilherme, 2018, p. 214).

Ainda sobre o período, segundo o *site* oficial do próprio Estadão, o jornal admite que apoiou o movimento militar, que depôs o presidente João Goulart, ao entender que este não possuía autoridade para governar defendendo uma intervenção militar eventual, transitória, deixando de apoiar o regime com sua radicalização e endurecimento. Durante 1968 e 1975, 1.136 matérias foram censuradas, pois faziam referência às questões políticas, sociais, econômicas, educacionais ou que de alguma forma contestassem e atacassem o governo militar. A estratégia adotada pelo jornal se tornou popular, como publicar receitas de bolos e poesias nos espaços do jornal em que deveriam estar as matérias censuradas, a estratégia fazia com que o público percebesse que algo estava faltando e que ele estava sob vigilância (Guilherme, 2018). Carlos Chagas, já mencionado neste trabalho, descreveu seu trabalho no OESP como o melhor dos lugares nos anos de ditadura, pois fica conservador apenas na democracia, como observou-se no momento da redemocratização.

Durante as campanhas de Diretas Já, reivindicando a abertura das eleições livres e diretas, o OESP se colocou de forma cética, argumentando que a democracia não resolveria os problemas do Brasil, da mesma forma, foi contra candidatos populistas da esquerda. Em especial, contra Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), pois, se historicamente o jornal se alinhava aos interesses da UDN. Como histórico opositor à Vargas, ele entendia Brizola como um herdeiro do rival e da herança do partido trabalhista. A posição do jornal só iria mudar com o amplo apoio da união, quando se publica as eleições diretas, aderindo ao movimento, mas direcionando críticas e ressalvas aos candidatos da esquerda

Assim como no *O Globo*, Lula se torna um alvo do jornal. Sobre a reabertura

democrática, se coloca em defesa dos militares, entendendo que o “não revanchismo” seria essencial para a transição. Se insere nos anos 1980 com a defesa do neoliberalismo, em defesa do controle dos gastos públicos, de ajustes fiscais, cortes nos orçamentos sociais, assim, como uma maior participação internacional, em órgãos como o FMI, sempre desconsiderando a influência dos militares e da ditadura na crise econômica que o país atravessava (Guilherme, 2018). Alinhado ao capital, e os interesses neoliberais, o jornal defendeu claramente uma posição contra direitos trabalhistas, como a diminuição da jornada de trabalho, ampliação da licença-maternidade, e aumento do valor da hora extra sob o argumento de que atrapalhariam a produtividade e poderiam gerar desemprego. Constituindo um discurso meritocrático, “[...] o OESP se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a ‘livre negociação’ entre patrão e empregado é boa para o trabalhador” (Guilherme, 2018, p. 216). O mesmo discurso que será retomado com a reforma trabalhista, em 2017. O discurso se opõe às organizações e manifestações populares, com o jornal frequentemente atacando organização de trabalhadores como a CUT e o PT.

Dentro deste contexto, as eleições de 1989, o candidato a ser batido era Lula e o candidato a ser apoiado, Fernando Collor (PRN). Sobre o apoio destaca-se:

A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal O Estado de S. Paulo: o jornal afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”; que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”; após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários – o Estadão “se esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil –, diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello” (Guilherme, 2018, p. 217).

O apoio se manteve no segundo turno, com o Estadão abertamente pedindo para seus eleitores darem um voto em prol da revolução liberal, representada na figura de Collor. Em 1993, um novo plebiscito sobre o regime de governo a ser escolhido, entre presidencialismo e parlamentarismo foi feito e, assim, como na primeira tentativa, o Estadão saiu derrotado, culpando a derrota a ignorância do povo. Em suma, durante a reabertura democrática, o jornal tende aos candidatos neoliberais, se opondo ao governo de Itamar Franco, por não dar andamento a agenda neoliberal de Collor.

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o Estadão não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada ‘nova república’, sempre a favor da opção neoliberal representada pelo PSDB e contra a opção à esquerda representada pelo PT. Animado pela mudança de postura do, antes ‘esquerdista’, Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o candidato

que representava ‘a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência’, o Estadão foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: ‘nossa opção!’ (Guilherme, 2018, p. 218).

Durante os governos de FHC, o jornal manteve o seu discurso em apoio à agenda neoliberal. A defesa dessa agenda era evidente, logo após a eleição de 1994, quando o editorial intitulado “urgência em privatizar” estabeleceu o tom para os anos seguintes, afirmando que esse era o caminho que o país deveria seguir.

Na eleição de 1998, o jornal celebrou a vitória do presidente neoliberal, descrevendo-a como “um voto racional” dos eleitores, que “aprenderam o suficiente para votar com a cabeça” e estavam cientes de que “o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos seria alto”. Pode-se dizer, dessa forma, que, junto ao *O Globo*, o OESP é um dos jornais mais conservadores e anticomunistas ou mesmo antipetistas do Brasil. Posteriormente, se manteve aliado aos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) fazendo oposição ao PT, assim, como apoiou Michel Temer, no golpe de 2016. “É possível afirmar que o jornal sempre se colocou contra as pautas progressistas, estejam ela simbolizadas por Vargas, Jango, Lula ou qualquer outro político, movimento social ou partido de esquerda” (Guilherme, 2018, p. 221).

Em conclusão, a postura do jornal, ao longo dos anos, reflete uma resistência constante às mudanças progressistas e um alinhamento firme com ideais conservadores e neoliberais. Essa posição influenciou significativamente o cenário político brasileiro, moldando a opinião pública e contribuindo para a manutenção de uma agenda, que favorece o capital e a elite econômica do país. A posição do *O Estado de São Paulo*, como melhor será abordado a frente, em diversos momentos se encontrará com o posicionamento e alinhamento do *O Globo*, sendo estes contextos históricos e sociais importantes, para ajudar a compreender as notícias analisadas neste trabalho.

### **3.3 Notícias Populares como modelo**

O jornal *Notícias Populares*, fundado em 1963, desempenhou um papel crucial na formação do discurso midiático sobre segurança pública no Brasil. Este periódico surgiu em um período de intensa agitação política e social, marcado pela polarização ideológica e pelo confronto entre diferentes visões de mundo. A criação do *Notícias Populares* foi uma resposta direta ao contexto político dos anos de 1960, sendo uma iniciativa do empresário Hebert Levy e do jornalista romeno, exilado no Brasil, Ittik Mellé, também conhecido como Jean Mellé (Cestari, 2018). Hebert Levy, um dos fundadores do *Notícias Populares*, era uma figura

proeminente na União Democrática Nacional (UDN), partido político que representava os interesses da elite liberal paulistana. Levy era um crítico feroz do governo de João Goulart, que, na época, lutava por reconhecimento político em um cenário de crescente tensão. A UDN, sob a liderança de Levy, se posicionava contra as políticas de Goulart, que eram vistas como uma ameaça à estabilidade econômica e social do país. Levy acreditava que um jornal voltado para as classes populares poderia ser uma ferramenta eficaz para contrapor a influência de Goulart e evitar uma politização à esquerda, refletindo a disputa ideológica do período (Cestari, 2018). Ittik Mellé, cofundador e editor-chefe do *Notícias Populares*, trouxe uma perspectiva internacional ao jornal.

Nascido na Romênia, Mellé foi um influente jornalista, durante a monarquia em seu país de origem, onde dirigiu o popular jornal *Momentul* (Cestari, 2013). Com a chegada dos soviéticos, em 1947, Mellé foi expulso da Romênia devido à sua oposição ao comunismo e seu apoio à monarquia. Exilado no Brasil, Mellé encontrou em Levy um aliado com interesses comuns. Ambos compartilhavam uma visão conservadora e estavam preocupados com o que viam como uma ameaça comunista crescente no Brasil. O jornal surge do encontro inusitado entre um opositor à Vargas e Goulart, “foi quando Mellé procurou Herbert Levy, então presidente nacional da UDN, e um dos líderes da oposição do empresariado paulista ao governo Goulart” (Cestari, 2013, p. 83) e um jornalista anticomunista que também se valia do mesmo espírito “no final do ano de 1962, assustado com o ‘perigo comunista’ que acreditava assolar o Brasil, Mellé deixou a redação do *Última Hora* [...] para dedicar-se à elaboração de um jornal popular anticomunista” (Cestari, 2013, p. 83).

O jornal foi projetado para atrair as classes populares com uma abordagem sensacionalista e um discurso fortemente anticomunista. A intenção era clara: combater a influência de Goulart e promover uma agenda política que refletisse os valores da UDN e a contra o comunismo. O *Notícias Populares* rapidamente se tornou um dos jornais mais influentes do Brasil, conhecido por suas manchetes sensacionalistas e sua cobertura de crimes e escândalos. O jornal não apenas moldou a percepção pública sobre segurança e criminalidade, mas também desempenhou um papel significativo na formação da opinião pública durante um período de grande instabilidade política. A abordagem do *Notícias Populares*, embora controversa, refletia as ansiedades e preocupações de uma sociedade em transformação. Assim, o *Notícias Populares* se organizava, para incorporar a massa ao pensamento da elite, contra o governo João Goulart. Com sua fundação, o jornal ganhou relevância com a forma sensacionalista como noticiava, possuía um corpo editorial expressivo, com grandes colunistas como, Nelson Rodrigues e Wladimir Herzog.

Como comentado, o objetivo central do jornal era combater o governo Goulart e o anticomunismo, desse modo, pretendia se popularizar para as classes populares, onde tinha como concorrente, o jornal *Última Hora*, também sensacionalista e popular na época. Assim, seguindo aos moldes do seu concorrente, o *Notícias Populares* incorporou ao máximo as táticas do seu rival. Além disso, seus criadores acreditavam que, se as classes populares liam *Última Hora*, o faziam não pelo seu conteúdo político, mas pelo entretenimento e pelas notícias sensacionalistas desse jornal. Dessa forma, em seu projeto inicial, *Notícias Populares* deveria se assemelhar à *Última Hora*, mas sem a parte política, ou seja, aproveitando apenas as técnicas de sedução do público utilizadas por esse jornal (Cestari, 2013).

A ditadura militar também favoreceu os veículos de comunicação das Organizações Globo ao fechar ou criar dificuldades para suas concorrentes. As rádios Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, Nove de Julho, da Arquidiocese de São Paulo, e a TV-Excelsior (RJ e SP), apoiaram o governo Goulart e tiveram suas concessões cassadas. O jornal *Correio da Manhã* – após seus célebres editoriais “Basta” e “Fora” contrários a João Goulart – passou a fazer oposição aos governos militares. Assim, não recebeu mais publicidade e verbas estatais, nem propaganda de empresas privadas corporações internacionais, reunidas no Council of América, afirmaram que o periódico deixava de ser confiável pois contrariava os “interesses da livre empresa” (afinal, criticava a ditadura). Em dificuldades, o *Correio da Manhã* deixou de circular em 1974 (Arêas, 2012, p. 70).

A trajetória do *Notícias Populares* é um testemunho do poder da mídia em influenciar o discurso público e moldar a opinião popular. Fundado por figuras com visões políticas fortes e claras, o jornal serviu como uma plataforma para a disseminação de ideias anticomunistas e a promoção de uma agenda política específica. A história do *Notícias Populares* é, portanto, não apenas a história de um jornal, mas também a história de um período crucial na política e na sociedade brasileira.

A fórmula do jornal, sexo-crime-sindicato teria origem no concorrente (*Última Hora*), no entanto, o *Notícias Populares* é que acaba, ao menos em São Paulo, ganhando mais popularidade no imaginário popular. Assim se constituiria como “um jornal político, mas que falaria o mínimo possível da política dita formal e que teria na linguagem e na temática sensacionalistas o seu carro-chefe” (Cestari, 2013, p. 96). No entanto, embora o aspecto político do jornal fosse originalmente pensado para ser enxuto ou reduzido, isso não se manifestou em suas primeiras edições, com quase metade de suas páginas dedicadas às críticas ao governo Goulart (Cestari, 2013). O NP se popularizou, principalmente, com suas manchetes chamativas e pela falta de censura nas notícias trazidas, muitas vezes trazendo, em sua capa, episódios de violência ou de cunho sexual, um dos exemplos mais emblemáticos foi a divulgação das fotos dos corpos dos cantores da banda Mamonas Assassinas, em 1996. Essa relação com o

sensacionalismo e a violência também é ilustrada pelo grupo Racionais MC's, grupo que narra a violência nas periferias de São Paulo, em seu álbum *Raio – X do Brasil* (1993), na música *Homem na Estrada* apresenta-se

Um mano meu tava ganhando um dinheiro /Tinha comprado um carro, até Rolex tinha  
Foi fuzilado a queima roupa no colégio/ Abastecendo a playboyzada de farinha/ Ficou  
famoso, virou notícia / Rendeu dinheiro aos jornais, ham /Cartaz à polícia Vinte anos  
de idade, alcançou os primeiros lugares / Superstar do notícias populares (Racionais  
MC's, 1993).

O modelo disseminado pelo *Notícias Populares* se tornaria recorrente dentro da mídia brasileira, não necessariamente com notícias enxutas sobre os cenários políticos, mas focado no sensacionalismo e opiniões, aparentemente, neutras. Entende-se que a fórmula sexo-crime-sindicato se aperfeiçoou e se adaptou aos novos contextos dos anos 2000, como será mais bem abordado nos resultados e discussão desta pesquisa. Buscando uma melhor visualização do estilo jornalístico e da fórmula apresentada do NP. Recomenda-se a visualização do anexo C, que traz a capa do jornal de 11 de novembro de 1975. Essa edição ilustra elementos característicos da história e fórmula do NP, como o sensacionalismo da manchete “Bebê atômico nasceu em SP”, a suposta neutralidade na discussão política e o tom apelativo, evidenciado pela imagem de uma mulher de biquíni. Esse exemplo é apenas um entre muitos disponíveis na internet, seja em acervos históricos ou preservados por fãs do jornal.

O *Notícias Populares*, embora não tenha sido o primeiro, nem o maior dos jornais analisados, se tornou uma referência devido à popularização de seu estilo editorial. Ele influenciou diretamente seus concorrentes ao disseminar o modelo "Sexo-Crime-Sindicato", caracterizado por um sensacionalismo exagerado que atraía leitores. O modelo se destacava por uma aparente neutralidade política.

Apesar de aparentar uma postura de neutralidade política, o jornal recorria a um estilo sensacionalista que ia além das notícias cotidianas, explorando temas mais amplos relacionados à política e à moral. Esse recurso permitia ao jornal atrair a atenção do público, ao mesmo tempo, em que inseria, de forma sutil, sua perspectiva sobre questões sociais e políticas relevantes. O sensacionalismo se transformava em uma ferramenta para pautar discussões e provocar reações no leitor, direcionando seu olhar sobre temas que poderiam passar despercebidos em uma roupagem mais neutra. Assim, a aparente imparcialidade servia como uma estratégia para discutir valores e influenciar o debate público sobre moralidade e questões políticas da época.

Esse estilo, popularizado pelo *Notícias Populares*, tornou-se recorrente na mídia

brasileira e, eventualmente, convergiu com os projetos políticos dos grandes jornais tradicionais. Esse encontro é visível, por exemplo, na associação política entre os veículos, no foco em crimes violentos e no tom alarmista, que se tornou uma marca da cobertura midiática do país. Entre esses pontos de encontro do NP com os jornais *O Globo* e OESP, se destacam: um espírito anticomunista e um apoio ao autoritarismo, que se desdobraram em críticas a governos populistas, como observado em Lula e Brizola, e apoio aos golpes, como o de Vargas (1930) e contra Jango (1964). Mesmo que, como no caso do OESP, isso não tenha se mantido durante todo o período do golpe e, em momentos de maior autoritarismo, tenha sofrido com a repressão, as características se encontram nos três jornais. *O Globo* (fundado em 1925) e o *Estadão* (fundado em 1875) compartilham, ao longo de suas trajetórias, alinhamentos ideológicos, embora a partir de perspectivas diferentes.

Entre os pontos de convergência entre os dois veículos dá-se ênfase ao anticomunismo, a oposição ao governo Vargas, a resistência a João Goulart e o apoio ao golpe militar de 1964. No período Vargas (1930-1945 e 1951-1954), o anticomunismo foi uma força política e ideológica significativa no Brasil. Getúlio Vargas usou o temor do comunismo para consolidar seu governo, especialmente, após a Revolta Comunista, de 1935, uma tentativa de revolta liderada por setores comunistas, que fortaleceu o discurso anticomunista e justificou a repressão aos movimentos de esquerda.

No Estado Novo (1937-1945), Vargas implantou um regime autoritário que controlava sindicatos, censurava a imprensa e reprimia organizações comunistas, usando o "perigo vermelho" como justificativa para a manutenção da ordem. Já no governo de João Goulart (1961-1964), o anticomunismo tornou-se ainda mais intenso. A política de Jango, por exemplo, com reformas de base que buscavam mudanças agrárias, fiscais e educacionais, foi vista por setores conservadores como uma ameaça comunista. O clima da Guerra Fria reforçava o medo do avanço comunista, especialmente, entre a elite, militares e setores da classe média. Esses grupos utilizaram a retórica anticomunista para desacreditar o governo e mobilizar apoio ao golpe militar, de 1964, que depôs Goulart. Assim, o anticomunismo foi central para a criação de um consenso que culminou na instalação da ditadura militar, vista por esses setores como uma defesa contra a "ameaça comunista" no Brasil. Sendo dentro destes contextos o apoio da opinião pública, fortemente orientada pelos jornais essenciais.

Além dos encontros, destacam-se as diferenças e particularidades de cada jornal. As diferenças começam a se acentuar após 1964, quando Roberto Marinho, proprietário de *O Globo*, consolida seu apoio ao governo militar, enquanto o *Estadão* (OESP), apesar de ter inicialmente apoiado o golpe, tanto o de 1930 quanto o de 1964, acabou sendo alvo de censura.

A trajetória do *Estadão* é marcada por um forte intervencionismo político, evidenciando um histórico complexo de interação com o poder. *O Globo*, como apresentado, se beneficiou consideravelmente durante a ditadura militar de 1964, sendo, o apoio ao golpe, essencial para a sua consolidação e expansão, se caracterizando por uma forte relação com o Governo Federal. Enquanto o OESP, marcado pelos interesses das elites paulistas, manifesta um maior regionalismo, tendo, como exemplo, os eventos da “revolução” de 1932, um movimento armado que ocorreu em São Paulo e teve como objetivo exigir a implementação de uma nova Constituição no Brasil, liderado, principalmente, pela elite política e econômica que se sentia prejudicada pela perda de poder e autonomia no governo Vargas. Como apresentado, o OESP não é regular em suas posições em relação às ditaduras, tende, nesse sentido, a apoiar, mas também, em momentos de crise, prioriza a elite regional (Areas, 2012; Cestari, 2013; Guilherme, 2018).

Em suma, o estilo editorial inaugurado pelo *Notícias Populares* marcou não apenas a mídia popular, mas também afetou profundamente o posicionamento e a estratégia de veículos tradicionais, como *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, especialmente, no tocante ao sensacionalismo e ao alinhamento político com pautas conservadoras e anticomunistas. Essa convergência demonstrou como o modelo “Sexo-Crime-Sindicato”, inicialmente, considerado um recurso apelativo, foi gradativamente adotado para amplificar questões políticas e morais. No contexto dos regimes autoritários, esses veículos consolidaram sua influência ao apoiar intervenções que favoreciam suas agendas, atuando não apenas como observadores dos fatos, mas como agentes que ajudaram a construir a opinião pública, de modo a sustentar regimes repressivos, como o golpe de 1964. Cada um, no entanto, o fez à sua maneira: enquanto *O Globo* fortaleceu seu apoio ao regime e expandiu sua presença e prestígio, *O Estado de São Paulo* alternou entre apoio e resistência, conforme os interesses das elites paulistas e os impactos sobre sua linha editorial.

A partir dessas dinâmicas, ficou evidente que a mídia, mesmo em suas diferenças regionais e estratégicas, desempenhou um papel ativo na construção da história política brasileira, revelando as complexas interações entre imprensa e poder no país. Dentre as notícias estudadas, em um novo contexto, ainda se verifica os traços deste modelo, como apresentado nos resultados, onde as notícias comumente relacionam a violência (manifestada pelo PCC) com questões políticas diretas (como partidos e representantes políticos) ou indiretas (com a discussão de segurança pública e criminalidade) e um aspecto moral sobre aqueles que manifestam a violência. Entende-se que o modelo sexo-crime-sindicato se renova em uma espécie de moral-crime-política, nos anos 2000.

## 4 RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS

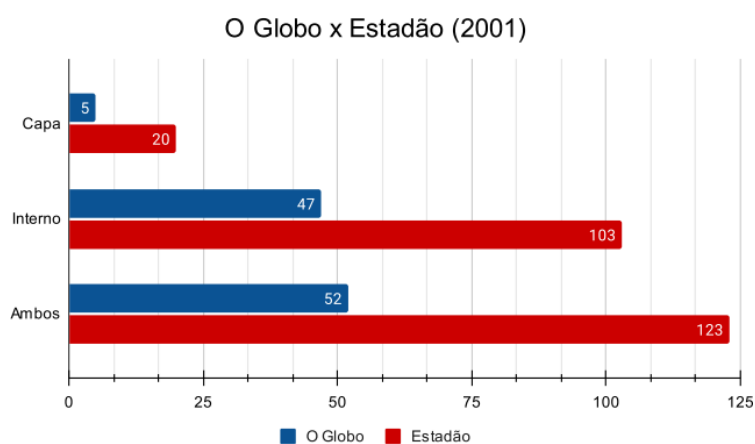
Nesta seção, pretende-se apresentar os dados coletados ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, assim como as reflexões, comparações e discussões que surgiram a partir deles. Apresentam-se os dados levantados e organizados, em sua forma geral, em três gráficos, o primeiro estabelecendo uma comparação entre *O Globo* e o Estadão, no ano de 2001, o segundo com a mesma comparação, no ano de 2006 e, por fim, um gráfico que compila todas as variáveis do trabalho, comparando todos os anos, jornais e locais da menção ao PCC. Destaca-se que apesar do levantamento quantitativo da incidência do PCC nos jornais ter sido o ponto de partida da pesquisa, a diferenciação no volume das notícias, principalmente em 2006 influencia diretamente nas comparações, assim buscou-se atentar-se também as diferenças qualitativas entre as abordagens do jornal sobre o tema.

Como critérios para as análises, a pesquisa buscou, a partir dos dados encontrados, levantar eventos que se repetiram nos diferentes jornais, analisando, essencialmente, o número de páginas dedicadas e dias noticiados de determinada situação. Além disso, devido à diferença de menções do *O Globo* com o Estadão, sendo a do primeiro bem menor, trouxe-se ainda outras notícias que tiveram repercussão contínua apenas no Estadão.

### 4.1 Ocorrência do PCC nos jornais em 2001

Inicialmente, delimitado ao período de fevereiro de 2001 até fevereiro de 2002, apresenta-se a comparação representada de forma visual entre as menções do termo “PCC” nos jornais *O Globo* e Estadão.

Gráfico 1 - Comparação da ocorrência do termo “PCC” no O Globo e no Estado de São Paulo de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2002



Observa-se, neste primeiro momento, referenciando o jornal *O Globo*, no período da primeira megarrebelião, a presença de cinquenta e duas notícias (52) das quais quase todas estão presentes no caderno interno (47), destacando-se apenas cinco (5) notícias na capa do jornal, duas (2) no mês da rebelião e as outras três (3) posteriores.

Verifica-se uma considerável diferença nos assuntos abordados com o jornal retratando apenas dois eventos diretamente e de grande impacto relacionados ao Primeiro Comando da Capital, a megarrebelião e o sequestro, com outras notícias envolvendo indiretamente o grupo, ou parte do seu cotidiano.

Tabela 1 – Ocorrência do termo “PCC” no jornal O Globo, período 2001-2002

<b>Mês/Ano</b>	<b>Interno</b>	<b>Capa</b>	<b>Ambos</b>
<b>fev.2001</b>	7	2	9
<b>mar./2001</b>	7	0	7
<b>abr./2001</b>	8	1	9
<b>mai./2001</b>	4	0	4
<b>jun./2001</b>	8	0	8
<b>jul./2001</b>	4	1	5
<b>ago./2001</b>	1	0	1
<b>set./2001</b>	4	0	4
<b>out./2001</b>	0	0	0
<b>nov./2001</b>	1	0	1
<b>dez./2001</b>	0	1	1
<b>jan./2002</b>	4	0	4
<b>fev./2002</b>	0	0	0
<b>Total</b>	48	5	53

Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando o mesmo período, agora no Estadão, destaca-se de 2001 a 2002, a menção ao PCC em três notícias pré-rebelião e, após a data da mesma, nos cadernos internos, mostrando já haver algum conhecimento sobre o grupo pelo jornal e, posteriormente, uma cobertura massiva dos ataques relacionados à megarrebelião, contabilizando treze (13) notícias no mês de maio, sendo destas, nove (9) capas. Nota-se que a cobertura do OESP é expressivamente mais ampla que a do jornal analisado anteriormente, no mesmo período, havendo, na sua totalidade, cento e vinte três (123) notícias vinculadas à sigla do Primeiro Comando da Capital.

Devido ao grande número, serão pontuados, neste relatório, apenas algumas das manchetes que mais se destacaram no período. É possível observar algumas semelhanças com o jornal anterior, como a disposição de notícias nos cadernos internos em relação à capa, com maior incidência nos meses seguintes à megarrebelião e, posteriormente, ocupando os cadernos internos.

Tabela 2 - Ocorrência do termo “PCC” no jornal Estadão período, 2001-2002

Estadão - 2001/2002			
Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
fev./2001	4	9	13
mar./2001	16	3	19
abr./2001	13	2	15
mai./2001	8	2	10
jun./2001	14	2	16
jul./2001	17	2	19
ago./2001	10	0	10
set./2001	5	0	5
out./2001	4	0	4
nov./2001	3	0	3
dez./2001	3	0	3
jan./2002	2	0	2
fev./2002	3	0	3
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>20</b>	<b>122</b>

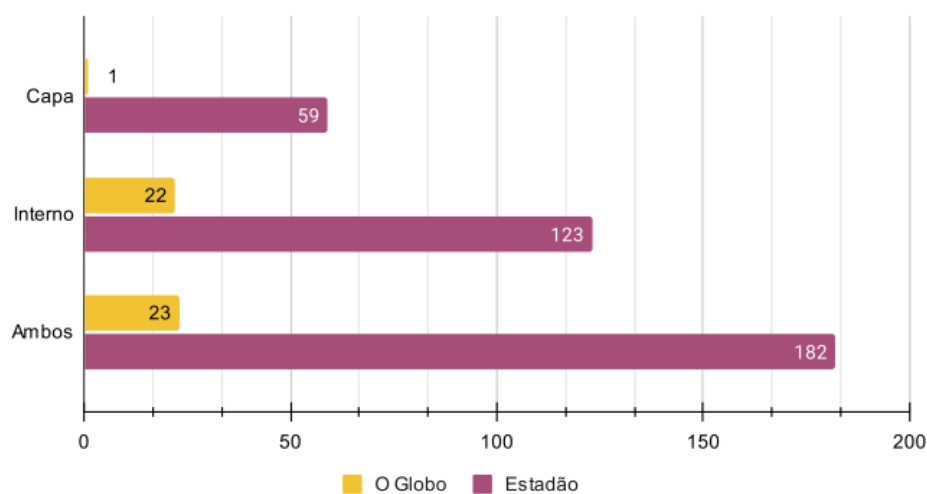
Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.2 Ocorrência do PCC nos jornais em 2006

Tratando agora, especificamente dos períodos de maio de 2006 até maio de 2007, temos inicialmente no *O Globo*, os seguintes dados.

Gráfico 2 - Comparação da ocorrência do termo “PCC” no O Globo e no Estado de São Paulo, de maio de 2006 a maio de 2007

O Globo x Estadão (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor.

No período de maio de 2006 a maio de 2007, havia a expectativa de que, baseado na

comparação entre os dados do *O Globo* de 2001 contrastados com *O Estado de São Paulo*, na mesma época, haveria um número menor de um jornal em relação ao outro, no entanto, não se esperava uma retração nas menções de um mesmo jornal, como foi de 2001 para 2006, onde, nos números gerais às menções foram de cinquenta e dois (52) para vinte e três (23) no *O Globo*. Destaca-se a única capa do período, do dia 15/05 de 2006, referente à megarrebelião, com o título “Mortos em SP já são 72 e presos se rebelam em mais dois estados”, disponível no Anexo D. Ainda houve, posteriormente, cobertura consecutiva do evento por mais quatro dias em cadernos internos, no entanto, as seguintes foram dispersas e de eventos isolados.

Tabela 3 – Ocorrência do termo “PCC” no jornal O Globo, período 2006-2007

Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
<b>mai./2006</b>	4	1	5
<b>jun./2006</b>	2	0	2
<b>jul./2006</b>	3	0	3
<b>ago./2006</b>	7	0	7
<b>set./2006</b>	0	0	0
<b>out./2006</b>	6	0	6
<b>nov./2006</b>	0	0	0
<b>dez./2006</b>	0	0	0
<b>jan./2007</b>	0	0	0
<b>fev./2007</b>	0	0	0
<b>mar./2007</b>	0	0	0
<b>abr./2007</b>	0	0	0
<b>mai./2007</b>	0	0	0
<b>Total</b>	22	1	23

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Nos anos de 2006 a 2007, dentro do *O Estado de São Paulo*, houve a maior cobertura analisada de todas, totalizando cento e oitenta e duas notícias (182), sendo destas quase um terço, presentes na capa, cinquenta e nove (59), esta cobertura foi ampliada no mês da megarrebelião, com dezoito (18) notícias no mês, treze (13) presentes na capa, no mês seguinte, se manteve também uma forte cobertura, com vinte e sete (27) notícias, sendo dessas cinco (5) capas.

Tabela 4 - Ocorrência do termo “PCC” no jornal Estadão período, 2006-2007

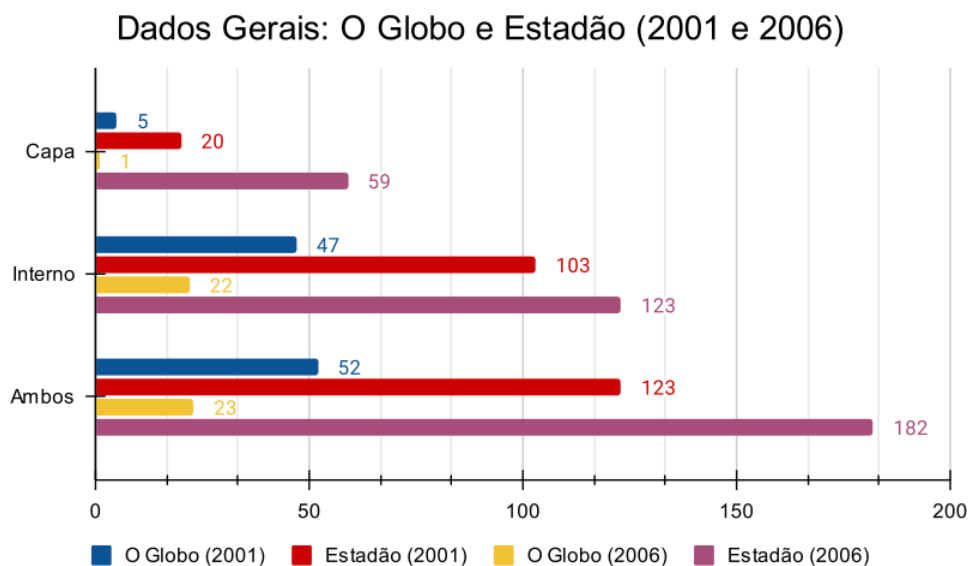
<b>Estadão - 2006/2007</b>			
Mês/Ano	Interno	Capa	Ambos
<b>mai./2006</b>	6	13	19
<b>jun./2006</b>	22	5	27

<b>jul./2006</b>	16	12	28
<b>ago./2006</b>	16	11	27
<b>set./2006</b>	12	5	17
<b>out./2006</b>	3	0	3
<b>nov./2006</b>	11	2	13
<b>dez./2006</b>	6	4	10
<b>jan./2007</b>	11	1	12
<b>fev./2007</b>	5	2	7
<b>mar./2007</b>	6	3	9
<b>abr./2007</b>	6	0	6
<b>mai./2007</b>	4	1	5
<b>Total</b>	124	59	183

Fonte: Elaborado pelo autor.

Buscando uma melhor visualização e comparação dos dados, destaco o Gráfico 3, com a compilação dos dois jornais nas duas datas analisadas.

Gráfico 3 - Síntese dos dados coletados



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do terceiro gráfico com uma compilação dos dados apresentados, algumas informações se destacaram, houve uma diferenciação entre as abordagens, enquanto no *O Globo*, teve uma diminuição no volume de menções, no *O Estado de São Paulo* esse número se intensificou. No entanto, mesmo com um comportamento inverso houve mais menções ao PCC dentro dos cadernos internos do que nas capas. O que mais se destaca dessa relação é o momento em que o PCC se coloca nos cadernos internos mais intensamente, conforme se distancia das notícias diretas, ou das datas das megarebeliões. Entende-se que os jornais buscaram dar continuidade a cobertura do grupo, pela sua relevância, no entanto, as notícias relacionadas a ele

variaram, aumentando as notícias indiretas e através do caderno interno. Isso se manifesta mais intensamente no Estadão, o PCC parece se consolidar como parte dos jornais, sendo mencionado mais de uma vez todos os meses dos dois períodos.

Observou-se um padrão na repetição do termo, que parece constituir a construção de um discurso pela mídia ou pelo menos permite o maior acesso da população ao tema, no contexto da época, os jornais impressos eram um dos maiores veículos de circulação de informação no Brasil, que, mesmo em 2006, ainda não tinha massificado o acesso à internet. Desta forma, a divulgação da criminalidade proporcionada pelos jornais poderia representar também uma “oportunidade” econômica.

A respeito dos resultados, selecionaram-se algumas notícias para a discussão da pesquisa, ainda existe a possibilidade de se fazer mais comparações. Com o fim de evidenciar as diferenças e a forma das coberturas, a seleção trouxe eventos que foram noticiados no mesmo período pelos jornais e também eventos isolados para demonstrar a mudança no discurso. Como apresentado e discutido pelos gráficos, houve uma maior cobertura do jornal *O Estado de São Paulo*, assim, as notícias isoladas serão referentes a sua cobertura, pois o número do *O Globo*, é muito reduzido, lembrando que se leva em conta o recorte dos cadernos principais, Cidades no Estadão e O País, no *O Globo*.

A respeito da cobertura da rebelião de 2001 tem-se menção ao PCC no jornal *O Globo*, a partir do dia 19 de fevereiro com a manchete: “Presos tomam 24 cadeias de SP e milhares de reféns” (Globo, Capa, 2001), disponível no Anexo E, a cobertura contou com mais três páginas nos cadernos internos, discutiu-se, mais especificamente, a condição das cadeias rebeladas, a situação dos reféns e ainda foram feitas outras reportagens, com o pronunciamento do governador Geraldo Alckmin, que categoriza as rebeliões como uma resposta contra as autoridades institucionais ou ao sucesso da repressão do estado, em contrapartida, a edição também vincula uma reportagem sobre um dossiê elaborado pelo corregedor geral das penitenciárias, Renato Talli, que denunciava a expansão do PCC e de outras facções.

Ainda no título, o jornal discorre que a polícia e o governo ignoraram o documento, dentro da cobertura do evento houve menção na capa, três páginas dedicadas ao tema no caderno interno e a cobertura continua de oito dias, até a data de 26 de fevereiro, com uma capa além da do dia da rebelião. No Estadão, temos a cobertura, a partir da mesma data do *O Globo*, destacam-se as menções ao PCC, antes da data da rebelião, e os dezessete dias de cobertura contínua desde a primeira notícia no dia dezenove de fevereiro (19/02) fazendo menção ao Primeiro Comando da Capital até o dia seis de abril (06/03), neste período, houve doze capas, o jornal ainda na data da rebelião dedicou quatro páginas de seu caderno principal a ação, além

da capa: e “*Maior rebelião da história atinge 24 presídios*” (O Estado de São Paulo, Capa, 2001), disponível no Anexo F, similar a versão do jornal comparado, no entanto, sem menção no título aos reféns.

Ainda no mesmo mês, outro grande evento se destacou, o sequestro de Eulália, filha do diretor da casa de custódia de Taubaté (Piranhão), presídio de origem da facção, José Ismael Pedrosa. O sequestro ocorreu após ameaça da facção de se vingar de diretores de presídios. O sequestro teve duração de quatro dias, ocorrendo na terça e se encerrando na sexta de manhã, com a primeira notícia sobre o assunto sendo publicada na quarta-feira. A respeito da cobertura, obteve-se maior volume no *O Globo*, com uma capa, cobertura do dia 18 de abril ao dia 20 de abril, dedicando-se ao menos uma notícia por dia noticiada. Enquanto, no Estadão, encontrou-se menção ao sequestro, apenas no dia 20 de abril, no entanto, com destaque na capa, primeira página do caderno Cidades e uma página inteira (além da capa do caderno) dedicada aos detalhes do sequestro. No mês de setembro, ainda em 2001, outro evento se destaca, a morte de Antonio da Costa Santos, então prefeito de Campinas, aqui, o padrão do da notícia de Eulália se repete, com maior cobertura do *O Globo*, dos dias 22 ao 24 de setembro, apenas em cadernos internos, enquanto o Estadão faz apenas uma menção, neste período, no seu caderno de Política, mas dentro dos critérios selecionados para esta pesquisa não houve menção.

Por fim, em 2001, ainda se destacaram os motins no Mato Grosso e no Paraná. A respeito do primeiro, houve no *O Globo* três dias de cobertura, com uma notícia por dia, do dia 14 ao 16 do mês de abril, apenas em cadernos internos. As notícias trouxeram atualizações sobre o evento, que se encerrou com o título “*Presos matam líderes e motim acaba em Cuiabá*” (Pinto, 2001, p. 13). Enquanto no Estadão, houve quatro menções ao evento nos mesmos dias do *O Globo*, destaca-se que o motim recebeu o destaque da capa do caderno, o conteúdo das notícias se assemelha ao do concorrente, no entanto, o jornal traz título mais apelativos, no dia 14, divulgou “*Presos fazem churrasco na sexta-feira santa*” (Francisco, 2001, p. 5). Para falar sobre o começo da rebelião, e ao noticiar a mesma situação do dia 16, do encerramento, publicou “*Líder é decapitado em rebelião em Cuiabá acaba*” (Francisco, 2001, p. 3). A respeito da rebelião, no Paraná, houve maior cobertura em ambos os jornais, no *O Globo* houve cinco menções, todas nos cadernos internos, de forma descontínua, nos dias 08,09,11,12,13 de junho.

Parecido com a forma dos motins no Mato Grosso, as notícias foram curtas e falavam sobre as atualizações da rebelião. No Estadão, houve 8 notícias contínuas, do dia 08 de junho ao dia 15 do mesmo mês, que também relataram a dinâmica da rebelião, as transferências e a violência gerada por ela, o que se difere é o volume, não só de menções, mas também de páginas. Enquanto, no *O Globo*, obtiveram-se notícias curtas, no Estadão, quase todos os dias,

o PCC ocupou pelo menos meia página.

Observa-se, nos eventos de 2001, que, embora os números indiquem que *O Globo* possua menor interesse, pelo baixo volume, isso pode ser problematizado, pois talvez os jornais tenham interesses diferentes. Enquanto o *Estadão* se dedica a cobrir o máximo possível sobre o PCC, *O Globo* foca mais em crimes violentos, como rebeliões, assassinatos e sequestros, que comumente recebem mais de um dia de destaque no jornal carioca.

A análise dos dados é muito densa e extensa, além de trabalhosa, existem outros eventos que se destacaram no ano de 2001, como a Greve da Polícia Militar em julho, greve nacional fortemente liderada pelos policiais do Estado da Bahia, exigiu o reajuste salarial, negociado de acordo com cada estado, a morte do fundador Jonas em novembro ocorrida no dia 30 dentro do presídio em Araraquara como possível vingança pela morte de Idemir Ambrósio, o Sombra e a tentativa de resgates a presos, no Rio de Janeiro, em dezembro, no dia 08/12 de 2001 no *O Globo* traz em sua capa a chamada para uma reportagem na qual aborda a prisão de dois integrantes do PCC na Ponte Rio-Niterói como suspeitos por prepararem o sequestro de autoridades públicas para trocarem por José Márcio Felício, o Geleirão e outros dois detentos, estes casos sozinhos servem de material para mais comparações e novas discussões sobre o período.

O segundo período analisado, a partir da megarrebelião de 2006, como os gráficos indicam vão manifestar uma diferença maior entre o volume do *Estadão* e *O Globo*, isso é presente já no primeiro evento selecionado, em que as rebeliões coordenadas são coordenadas no mês de maio. O *Estadão*, mencionou o PCC por 23 dias seguidos, da manhã seguinte ao começo da rebelião, 13 de maio até o dia 04 do mês seguinte. Dentre estes 23 dias, em 13 a facção foi mencionada como parte da capa do jornal, o conteúdo das notícias partiu da rebelião, mas com o tempo envolveu outros aspectos da facção, como os títulos nas capas no dia 19 de maio: “*Políticos também seriam alvos do PCC, revela gravação*” (O Estado de São Paulo, 2006, capa); 20 de maio: “*Celulares mudos e cadeia sem visita: cerco ao PCC*” (O Estado de São Paulo, 2006, capa); e em 21 de maio: “*Loteria é uma das fontes de renda da facção*” (O Estado de São Paulo, 2006, capa).

Tratando das consequências da rebelião, as notícias buscaram discutir novos aspectos do PCC, como a intimidade (visita), a parte econômica (loteria) e a dimensão política, que ainda será acionada no ano. Evidente que, com o grande número de notícias, o número de páginas dedicadas ao evento também foi expressivo, seja detalhando a semana da rebelião ou também apresentando dossiês sobre a facção, cobrando autoridades de soluções ou monitorando o dia a dia de pessoas ligadas ao PCC. Destaque para um levantamento da repercussão internacional, dentro do caderno Cidades, no dia 14 de maio, que reúne manchetes dos jornais *BBC News*,

*The Guardian*, CNN, ABC, *El País*, *La Nacion* e *La Repubblica*, todos retratam o evento com alguma variação do mesmo título do *O Estado de São Paulo*, “*Guerra do PCC deixa 30 mortos na maior ofensiva do crime*”.

Como adiantado, a diferença da cobertura, em 2006, foi consideravelmente drástica, o mesmo evento no *O Globo* teve apenas 5 notícias com 1 presença na capa, no título da capa, disponível no Anexo G porém não se menciona diretamente a facção, coloca-se “*Mortos em SP já são 72 e presos se rebelam em mais dois estados*” (O Globo, Capa, 2006). No dia 15 de maio, dentro dos cadernos internos, publicaram sete páginas dedicadas ao tema, das quais destaca-se uma subseção chamada “o terror se espalha”, que aparece nos momentos em que o texto se refere às rebeliões.

Outro evento de destaque, que marcou os jornais, como antecipado, foi o uso político do PCC durante as eleições presidenciais. Pode-se entender, como um exemplo da fórmula do NP, como um roteiro apelativo para atrair o público, compondo a partir dessas associações um imaginário, configurado, por sua vez, pela relação entre essas palavras, um exemplo da adaptação deste modelo pode ser verificado na página 18 do jornal *O Globo*, do dia 15 de outubro de 2006, anexo H.

Dentro do contexto do ano, com a segurança pública em pauta pelos ataques do PCC, o assunto surge em diversos momentos dos debates entre os candidatos Geraldo Alckmin e Lula. Na página destacada, em reportagem de Luiz Antônio Novaes, há uma retrospectiva dos momentos que marcam a disputa eleitoral, entre eles, pelo subtítulo “*inversão*” aparece o seguinte comentário “*Tarso Genro diz que Alckmin não pode exigir que Lula soubesse de quadrilhas no governo* (Novaes, 2006), seguida da frase de Tarso Genro, membro do partido de Lula (PT): “*Ele não sabia da organização criminosa que tomava conta dos presídios de SP.*” Ainda finaliza com a seguinte provocação: “*Mas não era o PSDB que comparava o PT ao PCC?*” (Novaes, 2006).

Aqui destacam-se duas situações: a construção do enunciado que aguarda para o final para trazer o nome da facção, pela sua sigla, logo ao lado do partido de Lula, e ainda indaga o leitor a inverter (como indica o subtítulo) uma relação que foi iniciada pelo PSDB. O trecho compõe uma página que em grande parte crítica o candidato petista, mas, especialmente, esse trecho se relaciona com a análise da pesquisa pela tentativa de uma associação ao partido dos trabalhadores com o Primeiro Comando da Capital, propondo abertamente uma relação crime-sindicato, essa relação já havia aparecido em notícia do dia 14 de julho de 2006, trazida na capa do jornal *Estadão*, com a seguinte menção: “*O candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, disse que um inquérito de Santo André registrou familiaridade de um vereador*

*petista paulistano com perueiros ligados ao PCC*” (O Estado de São Paulo, 2006, p. A4). A notícia faz menção a uma suposta relação entre um perueiro ligado ao PCC com um vereador petista, a página onde se encontra a matéria, ainda traz outras notícias sobre o PCC e o contexto político, sendo aberta com o título “*Serra vê ligação entre PCC e PT*” e discorre sobre uma indignação de membros do PSDB ao saberem que os presos estavam sendo orientados pelo PCC a votarem em Lula. Essa relação mentirosa, endossada pelos jornais, entre PT-PCC se manteve na mídia e ressurgiu nas eleições de 2022, com o candidato Jair Bolsonaro em suas redes sociais, o PCC foi ao longo do tempo e em tempos recentes uma forma de desacreditar o adversário dentro do campo da política, promovendo-se associação de determinados candidatos com a facção a fim de atacar sua popularidade.

Em agosto, outro evento marcante, noticiado em ambos os jornais, foi a cobertura do sequestro do jornalista da Globo Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Coelho Calado pelo PCC. Na ocasião, os dois foram levados por homens armados e encapuzados, sendo inicialmente foi liberado Alexandre com a cópia de um DVD, em que foi exigida a sua exibição no Jornal Nacional, exigência cumprida e Guilherme solto. O evento, como esperado, foi noticiado pelo jornal *O Globo*, com notícias nos dias 14 e 15 com duas páginas inteiras na parte interna do jornal, no caderno O País. Enquanto, no Estadão, o padrão dos outros eventos se manteve, com nove páginas sobre o assunto, nos mesmos dois dias de notícias. Embora com o mesmo número de dias noticiados, houve um volume nos cadernos internos maior. Em 2006 o Estadão se dedica mais à cobertura e *O Globo* mantém o padrão de 2001, noticiando, principalmente, os crimes violentos do PCC.

As comparações, neste período, foram mais trabalhosas pelo menor número do *O Globo*. É importante mencionar que a ausência de menções ao PCC também deve ser compreendida pelo recorte da pesquisa. A pesquisa verificou que há menções ao grupo em outros cadernos, como Rio, Economia, Opinião, Niterói, Prosa & Verso e O Mundo. No entanto, esses cadernos não são o foco da pesquisa, e, mesmo assim, suas menções são menores do que as do Estadão, apenas em seu caderno principal.

Devido ao alto volume do OESP, gostaria de destacar ainda mais três eventos que apareceram apenas no jornal, no ano de 2006, o primeiro diz respeito à greve de fome dos presos na prisão de segurança máxima de Presidente Bernardes, conhecida pelo modelo de RDD. Constam três notícias em três dias diferentes, dentro da parte interna. Sabe-se que a greve pode ter sido abordada em outros momentos, pois não se inicia na primeira notícia destacada, mas apenas aparece de forma "repetida" caracterizando um evento nesta semana.

No dia 13 de novembro, é publicada a matéria de título “*Mulheres de Presos fazem ato*

*em Bernardes*” (Siqueira, 2006), matéria no caderno “Cidades” sobre ato de mulheres dos presos estarem fazendo protestos contra as condições dos encarcerados na prisão de Presidente Bernardes, na data, completava-se uma semana da greve de fome. Fazendo críticas ao RDD, os presos em greve foram proibidos de receber visitas. No dia seguinte, dia 14, a greve volta a ser pauta do jornal (Jozino, 2006) com uma breve menção dentro de uma reportagem sobre uma ala feminina da facção, com 18 integrantes, de nome: “*PCC já treina pelotão feminino*”. E, por fim, no dia 15, com a matéria “*Sob ameaças, PCC mantém presos em greve de fome*”. O jornal destaca uma pressão das lideranças da facção para a manutenção da greve, ameaçando expulsar os membros que abandonarem o ato (Magalhães, 2006). A Greve volta a ser noticiada apenas no seu fim, no dia 19, com duração de 13 dias.

Outro evento de destaque, foi a tentativa de comparação entre os modelos de crime organizado em São Paulo e Rio de Janeiro. A comparação foi desencadeada por uma série de eventos de violência no Rio de Janeiro, em dezembro, que se assemelham com os ataques de maio de 2006, pelo PCC, é este o assunto, da primeira notícia, em caderno interno, com o título “*Em São Paulo, policiais voltam a ficar em alerta*” (Godoy, 2006, p. C8), tentando expressar uma ligação entre os eventos da capital carioca com São Paulo.

No dia seguinte, o jornal da continuidade à essa relação, tecendo comparações em uma matéria sobre os ataques e, por fim, no dia 31, de fato é feita uma matéria comparando a organização e os objetivos de cada facção, onde o jornal destaca a organização do PCC, com o título “*Objetivos comuns, organização diferente*” (Baraldo, 2006, p. C7,). Por fim, destaca-se a capa do dia 08 de julho de 2007, com uma menção, na capa, e uma matéria dedicada, o jornal relata a saída de Marcola do RDD, uma das demandas do PCC. A notícia aparece com o título em capa “*Praço vence e o governo vai tirar Marcola do Isolamento*”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, foi possível obter o contato com uma ampla bibliografia organizada em dois grandes temas: Trajetória dos jornais e o Primeiro Comando da Capital tendo como ponto de encontro a coleta de dados, com o objetivo de analisar a ocorrência da sigla da facção dentro de dois jornais de circulação nacional. Assim, neste momento, propõe-se a reunir as constatações feitas ao longo do desenvolvimento da pesquisa e apresentadas, neste relatório, para, ao final, discutir de forma teórica a possibilidade da influência de um discurso da mídia na disseminação do medo, pelo modelo moral-crime-política.

Analisando os dados iniciais, apresentados de forma gráfica, destaca-se que *O Globo* apresentou menos menções ao PCC do que o Estadão. Essa diferença não se manteve em 2006, mas sim aumentou com uma cobertura das notícias maior do que no Estadão. No entanto, dentro das notícias do *O Globo*, mesmo que poucas, nos dois períodos analisados ao acessar o conteúdo das notícias, observa-se que há um padrão na escolha do jornal, noticiar crimes violentos, como apresentados aqui, as rebeliões, assassinatos e sequestros. Porém, é necessário fazer a ressalva de que existe a menção do PCC no jornal, em outros cadernos, que não entraram na amostragem de análise de pesquisa, pois não eram o seu foco.

Outra observação a ser feita está no modelo do Estadão, que, além das notícias violentas, possui um interesse maior em outros eventos, como situações que envolvam as famílias dos presos, eventos menores da facção, e, claro, a sua dimensão política como mencionado sobre os debates. A escolha do Estadão pela cobertura midiática mais ampla, pode se justificar pelo fato do jornal ser do estado original da facção e também por uma escolha comercial, entendendo o PCC como central na opinião pública, isso pode ser demonstrado pelo aumento do interesse no jornal de 2001 para 2006.

Verificou-se, dessa forma, uma semelhança no modelo de noticiar com o NP, como mencionado anteriormente, o modelo sexo-crime-sindicato, de forma mais sutil, pode ser observado, em muitas notícias o campo político e o da violência disputam o espaço. *O Estado de São Paulo* começou a operar em 2006 com uma lógica mais nítida ao abordar o PCC, mesclando suas notícias que envolvam diretamente o grupo com notícias que dialogam com o cotidiano dos leitores. Um exemplo do contexto da disputa eleitoral, marcada pela figura do Lula, como representante da esquerda, é na página C6 do jornal do Estadão, no dia 13 de agosto de 2006 (anexo I), na página consta o título “*PCC se apropria de discursos da esquerda para ideologizar o crime*” (O Estado de São Paulo, 2006, p. C6) e, em seguida, o subtítulo “A criação de uma ideologia assassina” (O Estado de São Paulo, 2006, p. C6). A matéria mistura, em

diversos momentos, o que é a ideologia de esquerda e o que seria a “ideologia” do PCC e ainda conta com uma imagem de líderes comunistas ao lado de Marcola. A página, ao seu fim, apresenta algumas discussões sérias sobre essa relação, que também já foi investigada nas universidades, contando, inclusive com um texto do Bruno Paes Manso, que, posteriormente, escreveu um livro de referência sobre a facção. No entanto, como no caso das notícias eleitorais, os títulos e a imagem são sugestivos, e não são claros sobre quem está se falando. Com os dados levantados, pode-se classificar as menções ao PCC de duas formas, uma em que o jornal narra de forma clara a relação entre o que está sendo transmitido e a facção e outra que sugere. Por exemplo, dentro das manchetes trazidas aqui tem-se coberturas como as dos eventos das rebeliões, que poderiam ser colocados como diretos e outros como a insinuação de uma relação do PCC com o Partido dos Trabalhadores, o espaço que o grupo se apresenta no jornal, também varia onde as notícias diretas tendem a aparecer na capa enquanto as indiretas (sugestivas) ocupam os cadernos internos.

Ao longo da pesquisa notou-se também uma possível relação dos eventos, e da divulgação da mídia com o mercado privado de segurança, não se pode resumir a cobertura midiática dos ataques do PCC aos jornais apenas, entende-se que a expansão do setor está também atrelada a um contexto internacional mais amplo e que também à cobertura dos eventos não foi exclusiva dos veículos analisados, embora dentro de seu contexto, representam uma das principais fontes de acesso da opinião pública. O setor se encontra com a introdução deste trabalho e o processo de formação do PCC, em que, de fato, nos anos 1990 e começo dos anos 2000, houve um aumento dos crimes violentos, segundo o autor supracitado, nas duas décadas finais do século XX, em que ocorreu um acirramento dos índices de criminalidade, “caracterizado pela propagação epidêmica dos homicídios e pelo aumento da violência nas ações criminosas” (Zanetic, 2005, p. 33). Ainda sobre o período, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou consideravelmente, de 1980 até 2003, com um crescimento de 153,5%, indo de 11,4 para 28,9. Dentro do crescimento da criminalidade, também se destaca os crimes contra patrimônio, que tiveram um crescimento expressivo “com a ampliação generalizada do número de roubos e furtos às residências, veículos e transeuntes” (Zanetic, 2005, p. 34).

Soma-se a isso, como introduzido, à consolidação do crime organizado, a partir dos anos 1980 e o aumento do tráfico de drogas e armas. Entende-se que, com o aumento da criminalidade, o mercado de segurança privada teve um espaço para se expandir, no entanto, isso ocorre atrelado não só ao crescimento real da criminalidade, mas também à percepção de insegurança. A segurança privada, justificada na percepção do medo, molda os espaços de sociabilidade e convívio. Segundo Zanetic (2005), ainda até o início dos anos 2000, São Paulo

contava com 523 empresas de segurança, de acordo com o dado do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS), com um aumento de 80% desse número a partir dos anos 1990.

Assim, os jornais atuam como um mediador entre o público e o evento. O discurso produzido pelo jornal, na forma como se manifesta, é que dissemina o medo, novamente, não isoladamente, veículos como a televisão também se dedicaram a esse papel. Neste sentido, a percepção do medo, como um fator relevante, como destaca Zanetic (2005) e Caldeira (2000), pode ser ampliada graças aos jornais, que utilizam do modelo sensacionalista abordado para se beneficiarem economicamente da violência. Assim, entende-se que o PCC é o objeto do discurso, a sua repetição e repercussão pelos veículos estudados parte da intenção de criar novos sentidos e signos ao que se representa (Foucault, 2008). Constrói-se, desta forma, um novo signo em que a associação desse novo modelo sexo-crime-sindicato se sintetiza na sigla PCC, um novo signo que remete aos conteúdos de crimes violentos, à falha do governo e ao medo que mobiliza a sensação de insegurança e aquece, de fato, mercados como o da segurança privada. Em suma, a pesquisa analisou como a cobertura jornalística do Primeiro Comando da Capital (PCC) por "*O Globo*" e "*O Estado de São Paulo*" (Estadão) influenciam a percepção pública sobre criminalidade. Para isso, o estudo traçou um panorama histórico do PCC, contextualizando sua ascensão e impactos no sistema prisional e na sociedade brasileira. O estudo focou na cobertura de eventos significativos, como as megarrebeliões de 2001 e 2006, observando o modo como os jornais abordaram esses acontecimentos e as narrativas que construíram sobre a facção.

A análise dos dados nos mostrou que "*O Estado de São Paulo*" ofereceu maior atenção ao PCC, especialmente, em 2006, sugerindo uma exploração comercial do tema, dado o impacto do PCC na opinião pública paulista. Esse foco é interpretado como um alinhamento com o modelo "Sexo-Crime-Sindicato", popularizado pelo jornal *Notícias Populares*, que combina sensacionalismo e referências políticas e morais. Em "*O Globo*", as notícias foram mais restritas a episódios violentos, como rebeliões e sequestros, enquanto o Estadão explorou também aspectos sociais e políticos, incluindo temas familiares e eventos menores envolvendo o PCC. Esse padrão indica não apenas uma abordagem informativa, mas a construção de uma narrativa sensacionalista que influencia a percepção pública de insegurança. O estudo destacou que a repetição do termo "PCC" e a ênfase em crimes violentos constroem um discurso que amplifica o medo e a insegurança na sociedade. O jornalismo atua, assim, como mediador entre o público e os eventos, moldando a percepção e as reações da sociedade diante da criminalidade. Trabalhando com a hipótese de que o jornal *Notícias Populares* e a popularização da sua fórmula sexo-crime-sindicato (Cestari, 2018) criou um modelo, ou um parâmetro para o

jornalismo focado no sensacionalismo, entendido dentro da pesquisa como adaptado pelos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* em moral-crime-política, vestido de uma neutralidade, mas sempre articulando esses três eixos. Essa mediação reforça a ideia de que o PCC representa uma ameaça constante, vinculada à falha do governo em prover segurança. A cobertura jornalística também revela um discurso que, ao associar o PCC a questões políticas, especialmente durante o contexto eleitoral, constrói uma narrativa na qual a facção é apresentada como um símbolo do fracasso estatal e da violência urbana, o jornalismo explora a criminalidade de maneira sensacionalista, ampliando a insegurança pública.

## REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Guilherme Andre. **Das ruas a tela: a representação da violência na mídia eletrônica**. 2008. Tese de Doutorado.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, v. 21, p. 7-29, 2007.
- ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. 2012.
- BINOTTO, Beatriz Calvo; PRADO, Florestan Rodrigo do. A Evolução do Sistema Prisional Brasileiro e seus Aspectos Gerais. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 16, n. 16, 2020.
- BIONDI, Karina. O PCC: da organização à ética.. *In*: BARBOSA, Antônio Rafael; RENOLDI, Brígida; VERÍSSIMO, Marcos (org.). **(I)LEGAL: Etnografias em uma fronteira difusa**. Niterói: Editora da UFF, 2013. p. 23-34
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- CAMPOS, André Gambier. **Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil: uma perspectiva comparativa entre os setores público e privado**. Texto para Discussão, 2009.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Celulares mudos e cadeia sem visita**. , São Paulo, 20 mai. 2006. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- CESTARI, Larissa Raele. **A conquista do povo: notícias populares e a oposição ao governo João Goulart**. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.
- CESTARI, Larissa Raele. As visões de povo no jornal Notícias Populares e no conceito de populismo\* The conception of people in Notícias Populares newspaper and in the concept of populism. **História e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 266-288, 2018.
- COSTA, Renata Almeida. “Midiando” o terror: o caso do PCC no Brasil. **Sistema Penal & Violência**, v. 4, n. 1, 2012.
- CUBAS, Viviane de Oliveira. **A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo**. São Paulo: Humanitas, 2005.
- CUBAS, Viviane de Oliveira. A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 164-180, 2017.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. Práticas punitivas na prisão: Institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário. *In*: **Encontro Anual da Anpocs**, 32., 2008. **Anais [...]**. Caxambu, 2008.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: trajetória do Primeiro Comando da Capital

(PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percurso**, v. 10, n. 2, p. 79-96, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila; MARQUES, Maria Gorete; NATAL, Ariadne; POSSAS, Mariana; RUOTTI, Caren. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, p. 160-179, 2015.

DYNA, Eduardo Armando Medina. **As faces da mesma moeda**: uma análise sobre as dimensões do Primeiro Comando da Capital (PCC). 2021. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

DYNA, Eduardo Armando Medina. **O crime produz segurança?** Uma análise do dispositivo de proteção, segurança e administração de conflitos do Primeiro Comando da Capital nas periferias paulistas. 2023. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

FELTRAN, Gabriel. de Santis. Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2018.

FIGUEIREDO, Vinícius Pereira de. **Organizações internacionais e sua ação contra o crime organizado transnacional**: um estudo de caso sobre a ascensão e presença do PCC na América do Sul. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Nelson. Líder é decapitado em rebelião em Cuiabá acaba, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de abr. 2001. Caderno Cidades, C3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FRANCISCO, Nelson. Presos fazem churrasco na sexta-feira santa, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de abr. 2001. Caderno Cidades, C5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GODOY, Marcelo. Em São Paulo, policiais voltam a ficar em alerta, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 de dez. 2006. **Caderno Cidades**, p. C8. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018.

JOZINO, Josmar. PCC Já treina Pelotão Feminino. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 de nov. 2006. **Caderno Cidades**, p. C5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime. Editora Objetiva, 2017.

MAGALHÃES, Rita. Sob ameaças, o PCC mantém presos em Greve de Fome. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de nov. 2006. **Caderno Cidades**, p. C6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MBEMBE, A. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **São Paulo: n-1edições**, 2018.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Editora Todavia SA, 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **O Globo é lançado**. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>. Acesso em: 5 out. 2024.

NOVAES, Luiz Antonio. Eleições 2006. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 2006. **Caderno O País**, p. 18. Disponível em: <https://www.acervo.oglobo.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PCC se apropria de discursos da esquerda para ideologizar a crime, O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 de ago. 2006. **Caderno Cidades**, C6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PINTO, Anselmo Carvalho. Presos matam líderes e motim acaba em Cuiabá, O Globo, Rio de Janeiro, 16 de abr. 2001. **Caderno O País**, p. 13. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Políticos também seriam alvos do PCC** São Paulo, 19 de mai. 2006. Capa Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Serra vê ligação entre PT e PCC; Mercadante o chama de Leviano., São Paulo, 14 jul. 2006. **Caderno Nacional**, p. A4. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/> Acesso em: 21 ago. 2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Maior rebelião da história atinge 24 presídios**, São Paulo, 19 de fev. 2001. Capa Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

O GLOBO. **Presos tomam 24 cadeias de SP e milhares de reféns**, Rio de Janeiro, 19 de fev. 2001. Capa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

O GLOBO. **Mortos em SP já são 72 e presos se rebelam em mais dois estados**, , Rio de Janeiro, 15 de mai. 2006. Capa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. Três Estrelas, 2012.

RACIONAIS MC's. **Homem na estrada**. São Paulo: Zimbabwe Records (1993). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cCTjsnVnbOs>

RACIONAIS MC's. **Otus 500**. São Paulo: Cosa Nostra (2002). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JWQDQgkjOFY>

RESK, Felipe; HENRIQUE, Alfredo. **30 anos do PCC: a ascensão de Marcola e o domínio do tráfico no Brasil**. Metrópoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/30-anos-do-pcc-a-ascensao-de-marcola-e-o-dominio-do-trafico-no-brasil>. Acesso em: 31 out. 2024.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo**. Annablume Editora, 2018.

SIQUEIRA, Chico. **Mulheres de Presos fazem ato em Bernardes**, O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 de nov. 2006. **Caderno Cidades**, p. C3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ZANETIC, André. **A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança**. 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

ZANETIC, André. **Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 1, 2009.

## ANEXO A - Excerto da capa de primeiro de abril de 1964 do O Globo

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 4.<sup>a</sup>-feira, 1 de abril de 1964 — N.º 11.643

# O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES  
 Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGÉRIO MARINHO

## *Ressurge a Democracia!*

**VIVE A NAÇÃO** dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

**GRAÇAS A DECISÃO** e ao heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

**PODEREMOS**, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os ossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

**SALVOS DA COMUNIZAÇÃO** que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos.

**ATENDENDO AOS** anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

**MAIS UMA VEZ** o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

# O ESTADÃO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891 - 1927)

ANO LXXXV

SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1964

NUM. 27.254

DIRETOR REDATOR-CHEFE: MARCELINO RITTER

Diretores — Americo de Campos, 1875-1884; Francisco Rangel Pestana, 1875-1909; Julio Mesquita, 1891-1927; Nestor Rangel Pestana, 1927-1933; Plínio Barreto, 1927-1935

DIRETOR: JULIO DE MESQUITA FILHO

Capital e Interior: dias úteis Cr\$ 50,00; domingos Cr\$ 70,00, assinatura Cr\$ 12.000,00. Endereço: R. Major Queluzinho, 28 - Telefone: 36-6931. Publicidade: 32-3002 — End. Tel.: ESTADÃO

## Democratas dominam tãda a Nação

### Presos Osvino e Aragão

Das prisões do Rio e Recife e do serviço local. Entre as várias prisões efetuadas ontem, sobressaem as de Osvino e Aragão. Os dois presos foram levados para o presídio de São Paulo, onde aguardam julgamento. Osvino é ex-comandante do 11º Regimento de Polícia Militar e Aragão é ex-comandante do 11º Regimento de Polícia Militar e do 11º Regimento de Polícia Militar.



O sr. Ranieri Mazzilli lê seu discurso de posse como presidente da República, diante do sr. Ribeiro de Costa e Moura Andrade, presidente da STF e do Congresso. O ato realizou-se na madrugada de ontem, no Palácio do Planalto.

### Ato de posse

O sr. Ranieri Mazzilli, presidente da República, realizou o ato de posse no Palácio do Planalto, em Brasília, na madrugada de ontem. O ato contou com a presença de importantes autoridades, incluindo o presidente da STF e do Congresso, Moura Andrade, e o ministro da Justiça, Tanzius Neves.

### Mazzilli trata do Ministério

O sr. Ranieri Mazzilli, presidente da República, realizou o ato de posse no Palácio do Planalto, em Brasília, na madrugada de ontem. O ato contou com a presença de importantes autoridades, incluindo o presidente da STF e do Congresso, Moura Andrade, e o ministro da Justiça, Tanzius Neves.

### Tomou posse pela sexta vez

O sr. Ranieri Mazzilli, presidente da República, realizou o ato de posse no Palácio do Planalto, em Brasília, na madrugada de ontem. O ato contou com a presença de importantes autoridades, incluindo o presidente da STF e do Congresso, Moura Andrade, e o ministro da Justiça, Tanzius Neves.

### Ignorado o destino do ex-presidente Goulart

PORTO ALEGRE, 2 — Após permanecer oito horas e meia em Porto Alegre, durante as quais viu o ex-presidente Goulart decidir se fugia para o exterior ou se permanecia no Brasil, o ex-presidente Goulart decidiu voltar a Capital gaúcha pouco antes do meio-dia. O destino do ex-presidente Goulart não foi divulgado.

### É normal a produção de gasolina e óleo diesel

Não há motivo para qualquer inquietude no tocante ao abastecimento de derivados de petróleo em São Paulo. A produção de gasolina e óleo diesel está normal e a distribuição para o interior do Estado também está normal.

### Há presidente

A bandeira presidencial hasteada no Palácio do Planalto, em Brasília, para indicar que o chefe do governo lá se encontra.

### Alterações em comandos militares

O sr. Ranieri Mazzilli, presidente da República, realizou o ato de posse no Palácio do Planalto, em Brasília, na madrugada de ontem. O ato contou com a presença de importantes autoridades, incluindo o presidente da STF e do Congresso, Moura Andrade, e o ministro da Justiça, Tanzius Neves.

### Repercute no Exterior a vitória

O movimento libertador brasileiro ocupou o primeiro e principal lugar no noticiário e nos comentários da imprensa mundial, merecendo o destaque do fato do dia em todos os jornais tanto do mundo quanto dos países comunistas.

### Índice

Editorial	3
Política	3 a 9
Internacional	2, 9 a 11
Artes	12 a 13
Local	13
Turquia	13 a 14
Esportes	15
Turismo	16 a 17
Economia	20
Verdades	23
Classificados	24

### Condições

1) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964. 2) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964.

### Condições

1) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964. 2) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964.

### Condições

1) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964. 2) O D.B.R. será notificado para que apresente o plano de trabalho para o ano de 1964.

ANEXO C - Capa da edição de onze de novembro de 1975 do NP

VIVE COM ENERGIA DO SOL E DE RAIOS

# BEBÊ ATOMICO NASCEU EM SP



LEIA REPORTAGEM NA PAGINA 7

**FPF ESTA VENDENDO INGRESSOS FALSOS**  
A. F. C. 15 - TRADE  
D. E. N. 75  
MAYS PTA. VIGIAR  
A respeito de ingressos com o dolo adulterado e a direção de ventilador. Leia na pág. 10.

**1,50 NOTÍCIAS populares**

**ROSEMARY ESPANCADA NA ESCOLA DE SAMBA**  
  
A cantora faz última de férias. Página 7

**FICOU 3 DIAS NA SELVA — STRIP-TEASE COME CAPIM PARA VIVER**  
Página 7

**JOVEN EM CONA VAI FICAR VIVA**  
Página 9

**LOTECA: OS GANHADORES FORAM 1.300**  
Página 14

**PROJETO BENEFICIA OS SUBTENENTES DA EX-FORÇA PÚBLICA**  
Página 14

**HOMEM DOS MIL TRUQUES DEU GOLPE MILIONÁRIO**  
  
O homem dos mil truques e dos vários nomes. Página 7

**APREENDIDO O LSD DO DIABO**  
Drugs tem o cara do diabolico

**HOJE A DECISÃO DO "HC" PARA A MILIONARIA ELZA**  
  
O megapapete de Elza pede intervenção. Página 8

**POLICIA CAÇA "RP" FANTASMA**  
Página 3

**3º DECANATO DE ESCORPIÃO NA UMBANDA**  
Página 11

**FRANCO RESISTE A MORTE**  
Página 8

**JOAO CARLOS VENCE MUHAMAD ALI EM LONDRES**  
Página 16

**LATAS VAZIAS AGORA ESTAO VALENDO MAIS**  
Página 4

**GOVERNADOR VETA PROJETO DE HIGIENE**  
Página 3

**ANGOLA É AGORA INDEPENDENTE**  
Página 8

## ANEXO D - Cobertura da rebelião de 2006 no O Globo

INVESTIMENTO EM CDB CRESCER 125% EM 12 MESES • PÁGINA 21

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2006 • ANO LXXXI • Nº 26.579 • www.oglobo.com.br

ROBERTO MARINHO (1904-2003)

O TERROR SE ESPALHA

# Mortos em SP já são 72 e presos se rebelam em mais dois estados

Em 72 horas, bandidos fizeram 115 ataques e queimaram 19 ônibus e dois bancos

• O terror imposto aos paulistas pela principal facção criminosa do estado aumentou rapidamente ontem e no fim da noite já eram contabilizados 72 mortos em 115 ataques a postos policiais e em 69 rebeliões em presídios. Além de delegacias e veículos e bases da Polícia Militar, os criminosos atacaram o prédio de um fórum em São Paulo e duas agências bancárias e incendiaram 19 ônibus. O terror começou a se espalhar para estados vizinhos: os detentos de cinco presídios do Paraná e cinco do Mato Grosso do Sul também se rebelaram. No Estado do Rio, o policiamento foi reforçado por precaução em presídios e outros pontos estratégicos. Entre os mortos há 36 policiais, 23 criminosos, 11 detentos de penitenciárias paulistas e dois cidadãos comuns. Ainda há 230 reféns nas penitenciárias. "A polícia está sem o controle da situação", reconheceu a presidente da Associação dos Funcionários da Polícia Civil, Lucy Santos. Mesmo assim, o governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL) recusou a ajuda da Polícia Federal. **Páginas 3 a 11**



NA FEBEM de Vila Mariana, em São Paulo, os internos põem fogo em colchonetes: a onda de rebeliões atingiu 69 presídios no estado

## Lembo quer gravar conversas em prisões

• O governador de São Paulo, Cláudio Lembo, disse ontem que pedirá à Justiça autorização para gravar as conversas entre advogados e seus clientes, nos presídios do estado. O governador, que já acusara os advogados de levar celulares para os presos, suspeita que eles também sejam mensageiros dos criminosos. O presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, disse que a medida é inadmissível. O advogado da facção criminosa acusada de organizar a onda de ataques, Anselmo Maia, disse que, se a polícia revidar, a violência dos criminosos deverá aumentar. **Página 10**

**'A polícia está sem o controle da situação. Estamos agora com medo dos bandidos. A situação se inverteu.'**

LUCY LIMA SANTOS, presidente da Associação dos Funcionários da Polícia Civil de São Paulo

## ANEXO E - Cobertura da rebelião de 2001 no O Globo

A LISTA DOS CLASSIFICADOS NO VESTIBULAR DA UFF • PÁGINA 14

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2001 • ANO LXXVI • Nº 24.644 • www.oglobo.com.br

Presidente: ROBERTO MARINHO

## Propostas para FGTS são alvo de críticas

• Lideranças de trabalhadores e empresários rejeitaram as propostas que o governo estuda para a correção do FGTS determinada pela Justiça e que serão apresentadas amanhã e quarta-feira às centrais sindicais e patronais. A possibilidade de retenção para o FGTS da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa foi uma das alternativas mais criticadas. **Página 19**

## Botafogo vence Flamengo com gol de Tailson

• O Botafogo venceu o Flamengo por 1 a 0, com gol de Tailson, ontem, no Maracanã. O péssimo desempenho do time rubro-negro deixou animados os vascaínos, que vão enfrentar os rivais na quinta-feira pelas semifinais da Taça GB. **Caderno de Esportes**

## Projetos para favelas terão mais verbas

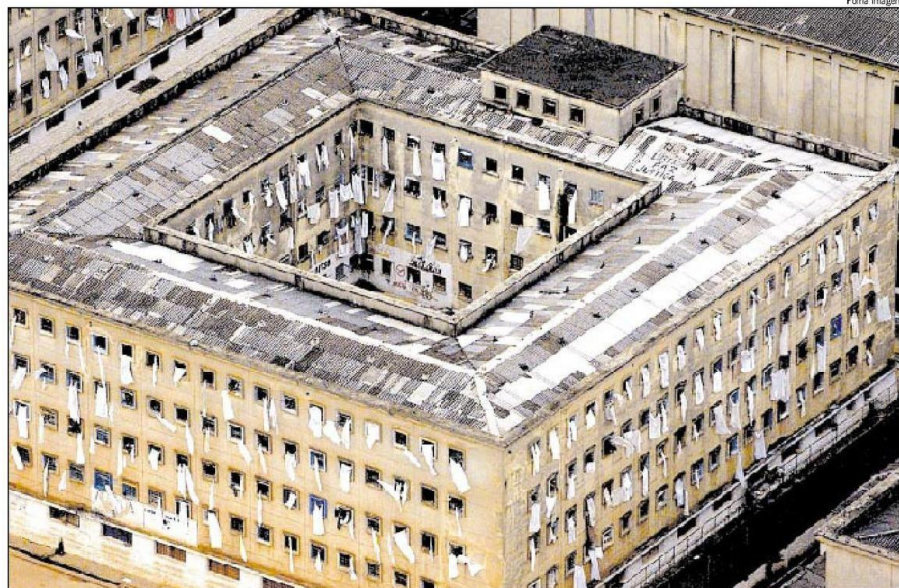
• A prefeitura do Rio informou ontem que vai aplicar R\$ 700 milhões, até o fim de 2002, em melhorias nas favelas, mesmo valor a ser investido pela União na urbanização de comunidades carentes de Rio, São Paulo e Salvador. **Página 11**

## Israel teme confronto generalizado

• O vice-ministro de Defesa de Israel, Efraim Sneh, disse que seu país teme que o ataque dos EUA ao

# Presos tomam 24 cadeias de SP e milhares de reféns

Polícia invade 15 presídios e número de mortos chega a cinco



NA CASA DE DETENÇÃO do Carandiru, em São Paulo, os presos rebelados estenderam lençóis brancos em todas as janelas, temendo que a Polícia Militar invadisse o presídio



SOLDADOS DA TROPA de Choque da PM entram no Carandiru

• A organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) deflagrou ontem a maior onda de rebelões da história do país. Cerca de 27.300 presos tomaram 24 penitenciárias do estado de São Paulo, fazendo 13 mil reféns, a maioria parentes dos próprios detentos. O governo estadual mandou 2.500 policiais militares da Tropa de Choque invadir pelo menos 15 presídios, provocando cenas dramáticas, com tiros, explosões de bombas de efeito moral e de gases pimentado e lacrimogêneo.

Até o início da noite de ontem havia cinco mortos e 13 feridos. Cerca de 15.300 presos continuavam rebe-

lados, em nove penitenciárias. Na Penitenciária do Estado, na capital, reféns libertados às 20h45 afirmaram que pelo menos a mulher de um preso havia morrido na rebelião.

O secretário de Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzzi, anunciou no início da noite que, mesmo com quatro mil reféns em poder dos presos na Casa de Detenção do Carandiru, estava autorizando a Tropa de Choque a invadir as alas rebeladas na maior penitenciária da América do Sul, onde 7,3 mil detentos se amotinaram. Entre os reféns estava a cantora Simony, grávida do preso e cantor de rap Afro X. **Páginas 3, 4 e 5**

## ANEXO F - Cobertura da rebelião de 2001 no Estadão

SP, RJ, MG, PR e SC:  
R\$ 1,50  
Demais Estados: ver  
tabela na página A4

# O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA  
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 122 SEGUNDA-FEIRA Nº 29.206 SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2001 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

## Maior rebelião da história atinge 24 presídios



**Ação coordenada** - Na capital, a Penitenciária do Estado foi incendiada; no detalhe, detentos mostram a faixa do PCC em presídio de Guarulhos

*Facção criminosa faz demonstração de força para exigir retorno de líderes transferidos*

O Primeiro Comando da Capital (PCC) promoveu ontem a maior rebelião da história do sistema carcerário no País. Os líderes dessa facção criminosa, conhecida como "partido do crime", tomaram cerca de 5 mil reféns em São Paulo, entre funcionários do Complexo do Carandiru e familiares e familiares dos presos, incluindo crianças, em dia de visita. O movimento dos presos, que se comunicavam por meio de telefones celulares com internos em outras unidades, espalhou-se rapidamente para 18 cidades paulistas, envolvendo 15 mil internos em 24 presídios. Outras 4 mil pessoas foram tomadas como reféns no interior. Foi confirmada a morte de dois presos, mas, segundo informações extra-oficiais, esse número pode chegar a cinco. O governo do Estado não aceitou o pedido dos presos, que queriam a volta de cinco líderes do PCC transferidos para o interior na semana passada. A posição do governo até ontem à noite era a de não negociar. Expirado o prazo para a libertação dos reféns, depois de cerca de seis horas de movimentação na parte externa do Carandiru, a Polícia Militar invadiu o presídio para debelar o motim. **Págs. C1 e C4**

## ANEXO G - Cobertura da rebelião de 2006 no Estadão

Edição das  
21h45**O ESTADO DE S. PAULO**JULIO MESQUITA  
(1984-1987)  
DIRETOR:  
RUY MESQUITA

SEGUNDA-FEIRA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2.50. Demais Estados: ver tabela na página A2.

15 de maio de 2006 - ANO 127, Nº 41117 www.estado.com.br

# Ataques e rebeliões continuam. Guerra do PCC já faz 72 mortos

Foram 103 ataques a policiais, delegacias, quartéis e prisões. Mais rebeliões em 69 presídios

Dois dias após ter sido deflagrada a maior onda de ataques do crime organizado já registrada no Brasil, o governo de São Paulo não havia conseguido controlar a violência. Até o início da noite de ontem foram registrados 103 ataques - atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC) - a policiais, delegacias, quartéis, prisões. O número de mortos chegou a 72, sendo 35 policiais, 3 civis, 19 bandidos e 15 presos. Nos presídios, a situação também se agravou. No sábado foram registradas 24 rebeliões, sem mortos. Ontem, presos se amotinaram em 69 dos 105 presídios do Estado. Também houve tumulto em unidades da Febem nas zonas norte e leste de São Paulo, durante visita do Dia das Mães. No segundo dia de violência, a polícia partiu para o contra-ataque e, segundo números oficiais, 19 bandidos foram mortos em 24 horas. Sessenta suspeitos de participar dos crimes foram presos. O chefe do PCC, Marcos Williams Herbas Camacho, o Marco, havia feito duas exigências para acabar com as ações no Estado: a liberação de visita aos presos no Dia das Mães e a entrada de 60 televisores em presídios para que os detentos pudessem assistir aos jogos da Copa. ■ PÁGS. C1 E C3 A C10

## FRASE

**"Estamos recuperando o total controle da cidade e do Estado"**

Claudio Lembo,  
Governador de São Paulo

**Venceslau:  
38 mil acudados**

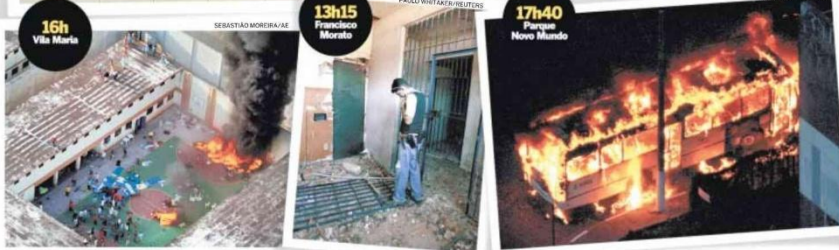
PÁG. C5

**Ônibus, novo  
alvo do ataque**

PÁG. C5

**PCC arrecada  
R\$ 1 mi por mês**

PÁG. C5



VÁRIAS FRENTEIS - No segundo dia de violência no Estado, ação do PCC atingiu presídios, unidades da Febem, delegacias, postos policiais e ônibus urbanos: alvos variados

## ANEXO H - Tentativa de ligação política entre PT e PCC

18 • O PAÍS

O GLOBO

Domingo, 15 de outubro de 2006

2006  
Eleições

## no balanço DA CAMPANHA

Luiz Antônio Novais

## Os males do Brasil são

## De onde veio o dinheiro?

• Se Lula diz que nada teve a ver com o dossiê e puniu os aloprados, por que continua se exibindo ao lado de Mercadante, cujo assessor é o principal acusado de levar o dinheiro para comprar a papelada?

## Os processos de São Paulo

• A forte ligação dos acusados do dossiê com a cúpula do PT — especialmente com a coordenação da campanha de Lula — foi se diluindo no discurso oficial até desaparecer completamente no processo de sua expulsão "política", algo inexistente nos estatutos do partido. Antes de se licenciar, Berzoini chamou os aloprados que chefiava apenas de "iliados", mesmo termo usado por duas notas: uma da executiva do PT e outra de Tarso Genro.

## Sofás e tapetes

• Lula: "Morávamos em uma casinha pobre, e tinha só um sofá velho. Quando ia limpar a casa, minha mãe fazia a gente levantar o sofá para varrer a sujeira. Eles (os tucanos) vão empurrar a sujeira para debaixo do sofá". Luiz Lourenço, advogado de Valdebran Padilha, sobre a expulsão política de seu cliente: "O PT está querendo jogar a sujeira por baixo do tapete. Os acusados sequer apresentaram defesa. O próprio presidente vem insistindo que não existe culpado sem que se prove, mas age de forma diferente".

## O mundo gira

• Na investigação do dossiê, que anda quase parando, a novidade da semana são os indícios de que há na operação dinheiro de bicheiros — lá onde nasceu o escândalo Waldomiro.

## Páreo duro

• A Bornhausen, que queria se livrar "dessa raça" petista por 20 anos, Ciro responde: "Essa gente (os tucanos) não pode ressuscitar".

A primeira semana de horário eleitoral deste segundo turno expôs um Lula ainda assustado por ter de continuar a competir e um Alckmin turbinado pela ascensão — o chuchu com pimenta —, importando-se menos, num primeiro momento, com o equilíbrio político, mas sendo obrigado a recuar em seguida. Nem o favoritismo assegurado nas duas primeiras pesquisas de intenção de voto foi suficiente para acalmar a *entourage* presidencial: só o medo pode explicar a opção, no primeiro programa de TV, pela falsificação do mapa eleitoral do Brasil. Pois no mundo de Lula, ele venceu até nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde o adversário teve simplesmente mais de 20 pontos de vantagem. E na história contemporânea escrita pelos petistas, foi Lula — e não o tucano FH — quem acabou com a inflação. Já o agressivo Alckmin do início da semana, que conseguiu no debate encerrar a experiência Lula com a insistente pergunta "de onde veio o dinheiro", voltou, no programa de TV, ao figurino de bom administrador — num momento em que já precisava avançar, mostrando ao eleitor, por exemplo, suas alianças políticas.

As primeiras pesquisas após o debate podem ter indicado que o tucano prejudicou-se com pelo menos duas ações: a virulência acima da dose contra Lula — capaz de espantar eleitores de Heloísa Helena e Cristovam — e a aliança açodada com o ex-governador Garotinho, que implodiu a campanha de Alckmin no Rio, onde HH e Cristovam receberam 22% dos votos do estado. O tucano perdeu apoio justamente no eleitorado mais rico e instruído. E foi pelo Rio que Lula começou a mostrar na TV os acordos políticos do segundo turno.

Se não colheu votos, o ex-moderado Alckmin pôs em alerta máximo a campanha petista. Durante toda a semana Lula não escondeu o estresse: habituado a monólogos, reconheceu que foi pego de surpresa e estava mal preparado para o debate. Enquanto o adversário mostrava-se bem-comportado, sua estratégia baseava-se em: 1) desafiar Alckmin para o torneio ético, necessidade ditada pelo escândalo do dossiê; 2) recorrer a comparações administrativas com a era FH; e 3) dizer que o país poderia retroceder com Alckmin. Após o debate viu-se que as duas primeiras opções eram uma armadilha para Lula. No primeiro caso, por levá-lo a assumir a corrupção como algo sistêmico em seu governo, mero prolongamento da tucana — como ficou claro ao afirmar que a podridão apenas "começara" no governo FH, que ele não investi-

gou. No segundo, por dar ao adversário a chance de dizer que não pode ser cobrado por algo que aconteceu há tempos, em governos dos quais não participou, quando Lula diz nada saber sobre fatos graves ao seu redor.

Amedrontado, o lulismo parece ter visto que o melhor era concentrar esforços na terceira alternativa. E assim o país assistiu à ressurreição da tática do medo, recurso usado por todos os inimigos de Lula nas quatro eleições presidenciais que disputou, de Collor, em 1989, a Serra, em 2002. Baseado, como o dossiê, na falsificação da realidade, o alardeado "risco Alckmin", em lugar do confisco de terras, poupança e imóveis que assustava a classe média, atribui ao tucano paulista, entre tantas intenções entreguistas, fascistas ou apenas malévolas, as de prejudicar aposentados, cortar o Bolsa Família, demitir servidores, vender a Amazônia e até elevar o preço do arroz. Pecado gravíssimo contra os mais pobres, o tucano é acusado essencialmente de ser neoliberal — como se não tivesse sido por acusação semelhante que Lula foi abandonado pela esquerda ideológica, que passou, no continente, a apostar mais em Chávez e Morales. Mesmo sem uma Regina Duarte para encenações mais convincentes ou um "geraldômetro" a medir o favor do povo, a tática mostrou-se mais eficaz, pois projetou para um futuro muito próximo ameaças que o torneio ético e a comparação administrativa mantinham no passado. Alckmin sentiu o golpe

e chegou a negar — para depois reconfirmar — metas escritas em seu programa de governo, como o corte de gastos públicos — algo tão real e necessário que é previsto pela atual equipe econômica de Lula.

Se na propaganda do primeiro turno Lula escondeu o PT, agora precisa apagar os três primeiros anos de seu governo, marcados pelo rigor fiscal executado por um ministro da Fazenda que rezou pela cartilha de Malan e por um presidente do BC orlando do tucanato. Em lugar da contenção de gastos que gerou superávits muito acima da meta, o que importa propagandear são as benesses eleitorais do quarto ano de mandato. O problema é que a estratégia enfim encontrada, longe de diferenciar o PT do PSDB, mais uma vez os aproxima no conteúdo e na forma. Esta simbiose confundiu o nervoso presidente e o levou a cometer o maior dos atos falhos de sua já vasta coleção: em comício, disse que os brasileiros precisam reeleger para evitar o mal maior, que seria a vitória de Alckmin. Estamos, então, combinados: Lula é o mal menor e já se reconhece como tal.



## Plantão intelectual

• Alckmin também tem o seu intelectual, pronto a defendê-lo sempre que necessário: o ex-ministro Francisco Weffort, único a elogiar-lo esta semana pela aliança com Garotinho.

## Dúvida

• Dizer na frente de Lula, como fez Alckmin no debate, que é pelo dedo que se conhece o gigante é muita coragem ou desatino?

## Operário em construção

• A série de metáforas criadas por Lula para explicar a evolução de seu governo, que já passou por todas as fases da gestão humana, ganhou o reforço da "casa em construção". Segundo ele, só faltam o madeiramento e o telhado. Serve um de vidro?

## É Duda de novo

• Duda Mendonça fez a campanha de Ciro Gomes, chefe da tropa de choque lulista, e do irmão, no Ceará. Tudo agora pelo caixa um?

## Inversão

• Tarso Genro diz que Alckmin não pode exigir que Lula soubesse de quadrilhas no governo. "Ele não sabia da organização criminosas que tomava conta dos presidios de SP." Mas não era o PSDB que comparava o PT ao PCC?

## Palavra de especialista

• Marta Suplicy disse que Alckmin parece um candidato de plástico.

## 80 anos depois...

• Acaba de sair "A classe operária vai ao Parlamento", de Dainis Karpovs, pela Alameda Editorial. Vale a pena conferir os dilemas da esquerda brasileira quando disputou eleições pela primeira vez, na década de 20.

# ANEXO I - Tentativa de ligação política entre a esquerda e o PCC

C6 | CIDADES/METRÓPOLE | DOMINGO, 13 DE AGOSTO DE 2006 | O ESTADO DE SÃO PAULO

## CRISE NA SEGURANÇA ◊ Propaganda

# PCC se apropria de discursos da esquerda para ideologizar crime

Panfletos mostram que, para ganhar adeptos, facção utiliza os jargões de movimentos sociais dos anos 1970

### CRIME ORGANIZADO

## A criação de uma ideologia assassina

### GRITO DOS OPRIMIDOS ENCARCERADOS

"Sociedade brasileira, donos da opinião pública, vocês sabem criticar os já oprimidos, mas não procuram saber as razões pelas quais eles se rebelam contra seus algozes."

Muitos de nós, seres recuperáveis, esquecidos pelo judiciário, por tudo e por todos, pagamos caro o preço do descaço. A única palavra que escutam é a dos Governantes, que usam a máquina pública para bens pessoais, que manipulam a Sociedade Paulista por meio da imprensa e todos os órgãos de comunicação para divulgar somente que é de seu interesse.

Somos presos oprimidos pagando por algum tipo de erro cometido perante à sociedade, alguns nem mesmo erraram, mas sofrem as injustiças do ser humano. Mas pior do que os nossos erros é ver diversos homens públicos do nosso Brasil, que milhões de vocês votam, roubando a nação. Perante a mídia assumem claramente a todos, seus roubos, suas mentiras e suas verdadeiras personalidades. Então, tanto de um lado como de outro existem erros, mas o mais fraco paga pelo mais forte.

O partido do PSDB, pensando na sua trilha política, só tem uma direção: passar por cima de tudo para alcançar a sua meta, que é o poder do Governo de São Paulo. Sempre nos usando de alguma forma e assim forçando os presos do sistema carcerário a soltarem seus gritos de oprimido que saem sem direito à defesa.

(...) Tudo o que ocorreu não foram rebeldias, nem badernas e sim revolução de todos os presos, para que sejam revistos nossos direitos de internos e seres humanos. Se houve erros, assumimos e pagaremos por eles! Mas tem sido a única forma de sermos vistos através debates referendados. Muitos não sabem a que dizem e nem imaginam o que o Estado tem feito conosco, não queremos ser tratados com regras, mas sim com dignidade. Hoje estamos sendo vítimas mínimas de sobrevivência neste Sistema falido e revólta é o Sistema Paulista!

Está aqui o Grito dos Oprimidos, que busca mostrar a Sociedade Paulista a realidade do Cárcere no Estado de São Paulo, a opressão insuportável que extrapola e muito os erros cometidos por nós. Embora excluídos, somos parte das consequências de um sistema desumano que está sendo sedimentado por governantes como estes nas mais várias áreas da sociedade."

### CARTAS AOS CIDADÃOS

"Nós, reclusos do Estado de São Paulo, vimos por meio desta à Vs. Srás. esclarecer o que de fato vem ocorrendo no sistema prisional paulista. Durante anos fomos reprimidos pelo Estado como segregados da sociedade, depositados como bichos, tendo como direito apenas maus tratos físicos e psicológicos, negativas aos nossos pedidos e total descaço."

Depois de tanto tempo de opressão e descaço, nós, população carcerária nos unimos, decidindo não mais aceitar essa situação e lutar por dignidade e melhores condições no cárcere. Prova dessa situação é que o governo e, infelizmente, a sociedade só toma conhecimento de nossa existência quando a violência aparece.

E ainda assim, o governo, descaradamente, justifica a violência, atribuindo os fatos a "meia dúzia" de sentenciados que o próprio governo rotulou, os quais já se transformaram em "presos políticos", objeto de campanha eleitoral.

(...) O que se vê há anos é descaço total para com o cidadão por parte daqueles que por eles são eleitos. E, principalmente, o pobre, somente é lembrado às vésperas da eleição. E logo após, descaradamente, todas as promessas são esquecidas.

Final, o objetivo já foi alcançado. Para que cumprir o prometido? O povo brasileiro é pacífico e, em sua maioria esmagadora, analfabeto, portanto nada será cobrado.

Por bem, se nem mesmo para aqueles de que dependem para serem eleitos, os políticos fazem algo. Porque fazer algo para, ao menos, diminuir a miséria, se ela não os atinge?

Por que investir, realmente, no combate à criminalidade, se ela não os atinge? Então, por que mantermos uma palha sequer pelos condenados, se nós não votamos?

(...) Nossa intenção com isso (os ataques), era que vocês, cidadãos, se apercebessem de nossa existência indigna e desrespeitada e, os governantes, políticos e autoridades revissem suas atitudes e, definitivamente, comessem a nos tratar com dignidade e respeito, fazendo com que a Lei se cumpra, não só para nos castigar, mas também para nos dar o que nos é de direito. Portanto, de forma alguma nossa intenção era atíngelos e por isso, neste momento, nos desculpamos, se é que isso é possível!

PCC se apropria dos jargões esquerdistas para tentar convencer a população da legitimidade de sua causa. Panfletos obtidos pelo Estado mostram a nova estratégia da facção para conquistar adeptos

### MINI MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO

#### De Carlos Marighella

"A técnica da guerrilha urbana tem as seguintes características: a. É uma técnica agressiva, isto é, tem um caráter ofensivo. Como é bem conhecido, a ação defensiva significa a morte para nós. Já que somos inferiores ao inimigo em poder de fogo e não temos nem seus recursos nem seu poderio, não podemos nos defender de uma ofensiva ou um ataque concentrado pelo exército. E esta é a razão pela qual a técnica urbana nunca pode ser de natureza permanente, nem pode defender uma base fixa nem permanecer em um só lugar esperando para repelir o círculo de reação; b. É uma técnica de ataque e retirada pelo qual preservamos nossas forças; c. É uma técnica que busca o desenvolvimento das guerrilhas urbanas, cuja função é desgastar, desmoralizar, e distrair as forças inimigas (...)."

As vantagens iniciais (do guerrilheiro urbano) são: a. Tem que tomar o inimigo de surpresa; b. Tem que conhecer o terreno de encontro melhor que o inimigo; c. Tem que ter maior mobilidade e velocidade que a polícia e as outras forças repressoras; d. Seu serviço de informação tem que ser melhor que o do inimigo; e. Tem que estar no comando da situação e demonstrar uma confiança tão grande que todos de nosso lado sejam inspirados e nunca pensem em hesitar, enquanto que os do outro lado são atormentados e incapazes de responder. (...) O inimigo não tem nenhuma forma de lutar contra a surpresa e se torna confuso ou destruído.

Execuções Execução é matar um espíu, um agente da ditadura, um torturador da polícia, ou uma personalidade fascista no governo que está envolvido em crimes e perseguições contra os patriotas, ou de um "deco duro", informante, agente policial, um provocador da polícia.

Guerra de Nervos A guerra de nervos ou guerra psicológica é uma técnica agressiva, baseada no direto ou indireto uso dos meios de comunicação de massas e notícias transmitidas oralmente com o propósito de desmoralizar o governo



Bruno Paes Manso

"Grito dos oprimidos", "revolução", "libertação", "caminhada", "conscientização", "excluídos", "preparação das injustiças sociais" como justificativa para ataques e assassinatos. O Primeiro Comando da Capital (PCC) está se apropriando dos jargões usados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e demais movimentos sociais marxistas que atuaram com força nas periferias de São Paulo nos anos 1970 e 80 na tentativa de elaborar um discurso que ofereça legitimidade à violência procedida nas últimas três ondas de ataques em São Paulo.

O Estado teve acesso a dois panfletos que tentam explicar à população os motivos dos ataques (leia trechos acima). O primeiro deles, intitulado *Gritos dos Oprimidos Encarcerados*, foi apreendido com outras 45 mil cópias em junho, na casa de Valdecir Francisco da Costa, o Cê ou *Notebook*, liderança do PCC no interior. *Notebook* é acusado de comandar a morte do vereador Paulo Sérgio Batista, do PSDB da cidade de Itirapetina. O segundo panfleto, chamado *Cartas aos Cidadãos*, foi distribuído por familiares de presos. Nele, os autores, que assinam em nome da "população carcerária", pedem desculpas pelos ataques e reivindicam o status de "presos políticos" às autoridades da organização, por serem perseguidos "injustamente" pelas autoridades. A politização do discurso dos criminosos paulistas é vista como uma novidade no cenário

da violência em São Paulo. "São ainda falas tocas, mas que podem ser aproveitadas e ter um efeito persuasivo junto a uma parcela da população", avalia o professor de Filosofia e Ética da Universidade de Campinas (Unicamp), Roberto Romano. "Isso é perigosíssimo. São falas que colocam ao jovem que ele não será simplesmente um ladrão de tênis ao aderir ao crime, mas um justiciero. Assistiemos à lenta e eficaz gestação de uma ideologia assassina."

Em 1968, Romano pertencia ao grupo de frades dominicanos que aderiram aos quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Ajudava em tarefas como viabilizar a saída de integrantes da organização do País e ficou um ano detido no Presídio Tiradentes. A ALN, em nome da revolução, comandou dois sequestros no Brasil, assaltos a bancos, entre outras ações de guerrilha urbana. "O comportamento da esquerda da época era próximo ao banditismo. Eu não concordava com o modo de operar da guerrilha e por isso era chamado de principista e liberal."

Quando os ataques do PCC começaram, Romano lembrou-se do Manual do Guerrilheiro Urbano (leia trechos acima), es-

critor por Marighella. Releu o novo capítulo e parecia ver a descrição do que acontecia em São Paulo. "O manual dá noções técnicas e retóricas da ação terrorista. A apropriação dessa linguagem pelos bandidos é estratégica. Os integrantes do PCC precisam se apresentar como justicieros, para isso, a construção de uma ideologia é fundamental."

O filósofo define ideologia como discursos e representações que apresentam uma realidade complexa com enunciados simplistas, investindo contra os fatos em benefício próprio. "Já disseram que os criminosos de Shakespeare seriam muito piores se tivessem uma ideologia. E isso é uma verdade."

E SE ELLES ESTIVEREM CERTOS? O teólogo Leonardo Boff, ex-frade da Igreja Católica, foi um dos protagonistas da expansão das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Por conta de sua militância, influenciada por idéias marxistas, foi punido com o silêncio obsequioso pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, comandada na época pelo cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI. A punição levou o frade a desligar-se da Igreja.

Boff diz que vem colhendo material sobre o PCC. E afirma que já havia identificado a apropriação dos termos das CEBs entre os criminosos. O teólogo argumenta que há mais de 100 mil CEBs hoje atuando no Brasil, conscientizando a população mais pobre sobre as opressões e injustiças. E vê com natu-

ralidade a politização do discurso dos criminosos. "E se os presos estiverem certos?", pergunta. "Será que não devemos ouvir para pensar como mudar a sociedade para melhor?" Boff, que continua participando de discussões nas periferias brasileiras, defende a intensificação do diálogo para avançar. O diálogo, ele diz, é uma de suas estratégias nas pregações que faz em bairros mais pobres, onde precisa lidar com os bandidos. "Existem regras. Não podemos ser duros. Eles nos respeitam, pedem a bênção, beijam a mão e nos permitem subir nos muros. Mas não escapamos da violência. Às vezes, somos obrigados a ceder, envergonhados, nossas sedes, para que os mortos sejam velados."

O teólogo acredita que a politização do discurso e a conscientização dos presos e criminosos é uma realidade que não pode ser negada. Para que a violência cesse, deve-se escutá-los. "Os universitários, sociólogos, antropólogos, psicanalistas, devem voltar às periferias. Há um jeito novo e precisamos compreendê-lo para sermos capazes de enfrentar o desafio."

LÊNIN A visão do ex-frade não é compartilhada pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), integrante da CPI do Tráfico de Armas. Pimenta iniciou a carreira política nos anos 80 defendendo a ditadura do proletariado. Marxista-leninista de carteirinha, acredita que o materialismo dialético dava conta de explicar o movimento da sociedade. Como co-

lapse do comunismo, mudou de idéia e hoje acredita que a democracia é o principal valor a ser defendido. Em junho deste ano, como deputado da CPI, colheu o depoimento de Marcos Canache, o Marcola, com quem travou um insólito diálogo sobre as influências leninistas do criminoso. PP - Essa estrutura de vocês é uma estrutura leninista? M - A gente luta muito sobre Lênin, sobre a formação do Partido Comunista. PP - Mas preso comum estudando Lênin? M - Claro, por que não? PP - Eu já estudei bastante Lênin, agora, eu quero enten-

der o seguinte... Por quê? M - Porque ele (o preso) foi acordado, foi conscientizado, numa determinada época, de que os direitos dele, enquanto ele não soubesse que ele tinha determinados direitos, eles já seriam concedidos, o seu direito era... Então foi uma forma... foi um despertar. Além de Lênin, Marcola disse que Mao Tsé-tung era outra influência. Pimenta não levou a sério. Ele acredita que o discurso político do líder do PCC se trata de uma estratégia de crime organizado para arremeter forças na sociedade. "A prática não

tem nada a ver com o discurso. Eles falam em libertação, mas se firmam em cima de valores como a violência, apostam na opressão, no autoritarismo e no terrorismo para controlar as cidades. São assassinos." Pimenta acredita que a revolta e a violência dos integrantes do PCC não podem ser comparadas com a ação e as idéias dos revolucionários e guerrilheiros esquerdistas dos anos 60 e 70. "Aquela era um período de execução, havia uma ditadura militar, que torturava e assassinava. Hoje existem criminosos que buscam ganhar dinheiro para o fortalecimento de uma organização que visa a prática de crimes." Ao invés de diálogo, Pimenta defende o endurecimento da legislação contra integrantes dos grupos organizados. "Precisamos de uma legislação capaz de punir esses criminosos com mais rigor."

O professor de Filosofia da Unicamp João Quartim de Moraes, que nos anos 80 pertenceu à Vanguarda Popular Revolucionária e hoje é filiado ao PC do B, também vê como novidade o discurso politizado dos criminosos. E não acredita que haja qualquer demanda sinérgica por mudanças no discurso dos criminosos. "Quando eles falam que existe uma situação carcerária insuportável e odiosa, são ceterosus no discurso. Mas qual é o objetivo que eles buscam? Certamente eles estão pensando em fazer um discurso objetivo. Os criminosos estão em busca de um. Por enquanto, só resta a eles o uso da força para chamar a atenção."

REPRODUZIDA